Junho 2014 • Ano 4 • Número 14 • R$ 18,00

TRANSPARÊNCIA

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Os desafios da formação contábil

Crescimento do setor tropeça na má qualidade do ensino

Firmas de auditoria assumem a capacitação

Ibracon oferece curso para docentes

Contadores também querem educação continuada

Pesquisa: o que desejam os futuros *trainees*

O maior evento de Contabilidade e Auditoria Independente do Brasil está chegando...

4ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE E AUDITORIA INDEPENDENTE

Principais temas da programação:

- Acesso ao Mercado pelas FAPMP
- Atualidades das IFRS
- Cenários e Perspectivas da Economia
- Limitação de Responsabilidade do Auditor Independente
- Novo Relatório do Auditor Independente
- O Desafio na Gestão das FAPMP
- Transparência das PMEs

Vagas limitadas!

18 e 19 de Agosto de 2014
Amcham Business Center
São Paulo – SP

Informações e Investimento:
www.ibracon.com.br/conferencia
*Confira as condições especiais para associados Ibracon

Contato:
Tel: (11) 3372-1223
E-mail: cursos@ibracon.com.br

Instituições Participantes

- BACEN - Banco Central do Brasil
- BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento
- CFC - Conselho Federal de Contabilidade
- CVM - Comissão de Valores Mobiliários
- FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos
- IASB - International Accounting Standards Board
- IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
- IBRADEMP - Instituto Brasileiro de Direito Empresarial
- IFAC - International Federation of Accountants

Faça já a sua inscrição!

Realização IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

Patrocinadores: DATEV SINFOPAC; SESCON-SP 65 anos

Apoio: CFC Conselho Federal de Contabilidade; BID; OMIN

Comunicação Ibracon

6 **Pense nas pequenas primeiro**
Entrevista: Giancarlo Attolini explica o conceito "think small first"

10 **Pente fino nas empresas**
Lei anticorrupção exige posicionamento proativo das empresas

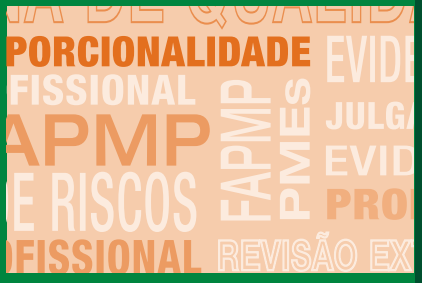
16 **Desafios da formação contábil**
Má qualidade da educação atrapalha crescimento da auditoria

20 **Ibracon tem curso para professores**
Parceria com o BID colabora para qualificação dos docentes

21 **O que os futuros *trainees* querem**
Pesquisa aponta como a Geração Y percebe a profissão de auditor

24 **O novo contador**
Estudo mostra que 60% dos contadores querem educação continuada

26 **Educação Continuada**
Revisão das normas termina em 2015



28 **4ª Conferência do Ibracon**
Confira a programação do maior evento de contabilidade e auditoria do Brasil

34 **FAPMP**
Proporcionalidade é a palavra-chave na auditoria de PMEs

38 **Auditoria voluntária: porta para o futuro**
Pesquisa avalia vantagens da auditoria para as não listadas em Bolsa

42 **Pingos e respingos**

44 **Negócios com ética e sustentabilidade**
Ibracon compartilha conhecimento para melhorar ambiente de negócios

46 **De *trainee* a vice-presidente do CFC**
Conheça Verônica Souto Maior e seu "caso de amor pela profissão"

48 **O agrobrasileiro e o mundo**
Artigo do ex-ministro Roberto Rodrigues

50 **Sintonia fina**
Veja os mais recentes comunicados do Ibracon

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

A Revista Transparência Ibracon
é uma publicação trimestral do
Ibracon – Instituto dos Auditores
Independentes do Brasil
Tiragem: 3.500 exemplares

Rua Maestro Cardim, 1.170, 8º e 9º and.
CEP 01323-001
Bela Vista, São Paulo, SP
Tel/Fax: (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br
revistatransparencia@ibracon.com.br

Conselho de Administração
Adeildo Osório de Oliveira
Adelino Dias Pinho
Antônio Carlos de Castro Palácios
Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Edmar Sombra Bezerra
Fernando Dantas Alves Filho
Guy Almeida Andrade
Jorge Luiz Canabarro Menegassi
Juarez Lopes de Araújo
Marcelo de Deus Saweryn
Marcelo Galvão Guerra
Marco Aurélio Cunha de Almeida
Mário Vieira Lopes
Paolo Giuseppe Araújo
Paulo Buzzi Filho
Pedro Augusto de Melo
Ricardo Julio Rodil

Diretoria Nacional
Presidente
Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Diretor Técnico
Idésio da Silva Coelho Júnior
Diretor de Administração e Finanças
Eduardo Affonso de Vasconcelos
Diretor de Desenvolvimento Profissional
Carlos Alberto de Sousa
Diretor de Regionais
Paulo Cézar Santana
Diretor de Comunicação
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Diretor de FAPMP
Adriano Roberto Legnari Faria

Superintendente
Marco Aurelio Fuchida

Conselho Editorial
Adelino Dias Pinho
Antonio Duarte Carvalho de Castro
Fábio Moraes da Costa
Fernanda Queiroz Rivelli
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Heloisa Helena Montes
Henrique José Fernandes Luz
Iran Siqueira Lima
Jorge Alberto da Cunha Moreira
Jorge Luiz Canabarro Menegassi
Marco Aurelio Fuchida

Colaboração
Shirlei Liberal Nogueira Lima

EXLibris
1998 comunicação integrada

Av. Paulista, 509, cj. 602
01311-000 São Paulo SP
Tel: (11) 3266-6088
contato@libris.com.br
www.libris.com.br

Jornalista Responsável
Jayme Brener (MTb 19.289)

Editora
Geralda Privatti

Colaboração
Fernanda Balieiro
Vinicius Abbate

Projeto gráfico e diagramação
AreaDesign - Wilma Temin

Foto da capa: Sergey Nivens/Thinkstock

E nós pagamos a conta

Arquivo Ibracon

A exemplo do que ocorre em todos os segmentos produtivos nacionais, o crescimento do setor de auditoria também tropeça na má qualidade do ensino brasileiro. Para atender às exigências do mercado e contribuir com o desenvolvimento do País, as firmas de auditoria redobram esforços – e investimentos – para treinar os jovens profissionais, que saem das faculdades despreparados.

A revolução promovida nas Ciências Contábeis desde nossa convergência às normas internacionais já poderia e deveria ter sido totalmente assimilada. Em um cenário ideal, as universidades estariam preparadas para essa virada na profissão, investiriam em estrutura e no corpo docente. Os formandos chegariam ao mercado com noções de economia, política, finanças e idiomas.

Não é o que acontece. Os especialistas ouvidos nas reportagens que você lerá a seguir reforçam que o professor só pode ensinar o que sabe e que falta investimento na atualização dos formadores.

A situação é preocupante: estamos entre as principais economias globais e o mercado demanda cada vez mais os serviços de auditoria.

O Ibracon, que já oferece uma rica grade de cursos de educação continuada para auditores, também obteve um financiamento de US$ 1 milhão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para investir na formação dos professores de Ciências Contábeis de todo o País.

Até quando vamos continuar pagando a conta da má qualidade do ensino?

Boa leitura,

Eduardo Pocetti
Presidente do Ibracon

Pense nas pequenas primeiro

GIANCARLO ATTOLINI, PRESIDENTE DO COMITÊ DE FAPMP DA IFAC, ELOGIA O CONCEITO "THINK SMALL FIRST", JÁ DISSEMINADO NA EUROPA

Carro-chefe da geração de empregos no Brasil, o enorme contingente de pequenas e médias empresas é essencial para crescimento econômico, não apenas aqui como em todo o mundo. No Brasil, elas representam 20% do PIB. Só no ano passado, a receita total do segmento foi de R$ 568,1 bilhões.

Essa locomotiva aglutina um amplo leque de empreendimentos, em todos os setores econômicos, com diferentes perfis de crescimento. Mas, quando seus gestores precisam de aconselhamento, quais são suas fontes preferidas? As firmas de auditoria de pequeno e médio portes (FAPMP).

"Isso decorre do alto grau de competência técnica dessas firmas, que estabelecem estreitos vínculos de confiança com seus clientes", explica **Giancarlo Attolini**, presidente do Comitê das FAPMP da Federação Internacional de Contadores (Ifac), sócio-fundador da Attolini Spaggiari & Associati. De malas prontas, na Itália – seu escritório está localizado na Reggio Emilia –, para vir ao Brasil exclusivamente para participar da **4ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon**, ele garante que o cenário econômico é positivo para as FAPMP. "Nossa pesquisa global *Ifac Quick Poll 2013* constatou que 78% das firmas de auditoria de pequeno e médio portes esperam resultados iguais ou melhores para os negócios em 2014 em comparação com 2013", afirma.

Nessa entrevista, Attolini aborda as principais dificuldades e as vantagens da convergência às normas internacionais de contabilidade e auditoria, as novas janelas de oportunidade para as FAPMP e as iniciativas de entidades como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Ibracon para disseminar informações ao setor contábil.

AGIMAGEM

"AMBIENTE REGULATÓRIO DAS PMEs ESTÁ MUDANDO E AS FAPMP PRECISAM MUDAR TAMBÉM"

Como as firmas de auditoria de pequeno e médio portes podem desenvolver negócios com pequenas e médias empresas?

As pequenas e médias empresas normalmente são responsáveis por grande parte do PIB do setor privado. Elas formam um grupo heterogêneo, que varia em tamanho, idade, setor, localização e perfis de crescimento. Em todo o mundo, muitos estudos indicam que os contadores são as principais fontes para consulta das PMEs e isso ocorre, principalmente, porque esses profissionais oferecem um alto grau de competência técnica e estabelecem um relacionamento de confiança com seus clientes. O mercado de consultoria para PMEs continua a evoluir devido a fatores como o aumento da consolidação no setor de contabilidade (crescimento por meio de fusões e aquisições) e o declínio no número de profissionais individuais.

Nesse contexto, quais as novas oportunidades para as FAPMP?

O ambiente regulatório em que operam as PMEs está mudando e as FAPMP também precisam mudar para atender às necessidades de seus clientes. Isso pode incluir a oferta de novos serviços relacionados à asseguração, bem como ao aconselhamento empresarial. Esse processo pode envolver mudanças tecnológicas, na estratégia de marketing e na capacitação de pessoal. Algumas firmas podem concentrar-se em um setor específico da indústria ou área de contabilidade. Outras podem querer explorar a oportunidade apresentada pela nuvem (*cloud computing*) para oferecer serviços aprimorados. Oportunidades adicionais podem surgir ao se reunir uma rede de referência de alta qualidade para ampliar os negócios e também recomendar clientes para especialistas confiáveis de outras áreas.

Como está o Brasil em relação à implantação das IFRS (International Financial Reporting Standards) e das ISA (International Standards on Auditing)?

De acordo com o International Auditing and Assurance Standards Board (Iaasb), as normas internacionais de auditoria já estão em uso ou estão em vias de adoção em mais de 90 países. O Brasil adotou as normas de auditoria em 2010. Com as PMEs, isso só foi possível a partir de 2012. Hoje, nem todas as FAPMP estão usando as ISA em suas auditorias e documentos, mas não há informações oficiais sobre o nível efetivo de adoção.

Com relação às IFRS, o Brasil adota normas locais, que são em grande parte convergentes às internacionais, embora não sejam idênticas. Esse processo começou com a emissão da nova Lei das Sociedades Anônimas, em 2007, e passou a ser implementado a partir de 2008. No entanto, as PMEs não têm efetivamente adotado as normas pelo fato de a Receita Federal não ter definido adequadamente, ainda, os impactos da implementação para efeitos fiscais.

Qual a principal dificuldade que as FAPMP brasileiras enfrentam na implementação das normas internacionais em PMEs?

Há uma série de razões para as dificuldades de implementação das IFRS e ISA no Brasil. As principais são o alto custo do desenvolvimento das ferramentas e sistemas de tecnologia; a falta de tempo para estudos detalhados, capacitação técnica e efetiva adoção das regras (porque as PMEs e as FAPMP têm geralmente pequenas equipes); dificuldade em manter pessoal tecnicamente qualificado em relação à adoção das normas; e a não aceitação por parte dos clientes para arcar com os custos inerentes à sua implementação.

Há quem considere que grande parcela do mercado ainda não compreendeu o conceito da proporcionalidade na adoção das ISA. O que o senhor pode acrescentar aos nossos leitores quanto a esse tópico?

As normas de auditoria foram idealizadas para serem aplicadas de maneira proporcional à dimensão, natureza e complexidade da entidade. As ISA para PMEs enfatizam uma abordagem baseada na avaliação de risco pelo auditor, além de seu julgamento para determinar os procedimentos relevantes. Elas ainda incluem orientação para ajudar o auditor a compreender ou aplicar requisitos específicos no campo de auditoria em PMEs, já que há certas normas que podem não ser relevantes para o segmento e, portanto, não necessitam de uma análise aprofundada por profissionais. Por exemplo, a ISA 402 – Considerações de Auditoria para a Entidade que Utiliza Organização Prestadora de Serviços não é necessária se a PME não usa uma organização de serviço. Assim como a ISA 610 – Considerar o Trabalho de Auditoria Interna não é necessária se a PME não tem nenhuma função de auditoria interna.

Quais os benefícios da convergência às normas internacionais de contabilidade e de auditoria para as PMEs? De que forma elas ajudam a desenvolver os negócios das FAPMP?

O principal benefício é que demonstrações contábeis e relatórios tornam-se compreensíveis globalmente e não necessitam de ajustes ou procedimentos especiais para análise técnica. A adoção dessas normas também pode ajudar a incrementar os negócios das FAPMP devido ao aumento da confiabilidade e fidedignidade das demonstrações

Leia mais sobre FAPMP

O Comitê das Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (CFAPMP), da Ifac, elaborou uma série de publicações para ajudar as firmas de auditoria na prestação de serviços aos seus clientes PMEs. No link www.ifac.org/about-ifac/small-and-medium-practices-committee você encontra as seguintes publicações:

- *Guide to Using ISA in the Audits of Small and Medium Sized Entities (ISA Guide)* – traduzido e revisado pelo Ibracon e pelo CFC, com o título *Guia de Utilização das Normas de Auditoria em Auditorias de Pequeno e Médio Portes*, que pode ser acessado no site do CFC e no Portal do Ibracon, com o título Guia Ifac;

- *Guide to Review Engagements.*

A Ifac também lançou recentemente o *Global Knowledge Gateway*, plataforma que reúne notícias, opiniões e ideias sobre liderança na profissão contábil no mundo todo. Para mais informações, acesse www.ifac.org/gateway.

"AS ISA PARA PMEs ENFATIZAM UMA ABORDAGEM BASEADA NA AVALIAÇÃO DE RISCO PELO AUDITOR"

contábeis. No início deste ano, a Ifac reiterou o seu apelo para os formuladores de políticas globais para reorientar os seus esforços na convergência regulamentar.

Quais são as oportunidades fora da auditoria?

Nos últimos anos, em muitas jurisdições (especialmente na Europa), o surgimento de uma mentalidade de *think small first* (pense nas pequenas primeiro) resultou em uma abordagem mais simplificada quanto à regulamentação para as pequenas empresas, liberando-as da obrigação de uma auditoria e de muitas exigências de relatórios financeiros. Com um incremento nas isenções da revisão legal de contas, as FAPMP são desafiadas a adaptar-se e permanecer flexíveis para melhor atender às necessidades de seus clientes. Um serviço que pode atender a muitas pequenas empresas e seus *stakeholders* é a revisão contábil, apoiada pela ISRE - International Standard on Review Engagements – 2400. A análise é baseada no entendimento do profissional sobre a entidade, o ambiente organizacional e a estrutura de relatório financeiro aplicável de acordo com as demonstrações contábeis preparadas. Essa compreensão do profissional inclui operações da entidade, propriedades, estrutura de governança e fatores regulamentares pertinentes. Revisar as informações e fornecer um relatório sucinto pode ser uma maneira econômica de aumentar a credibilidade das demonstrações de PMEs.

Como o senhor avalia o desempenho do Ibracon e do CFC em relação à disseminação das normas internacionais?

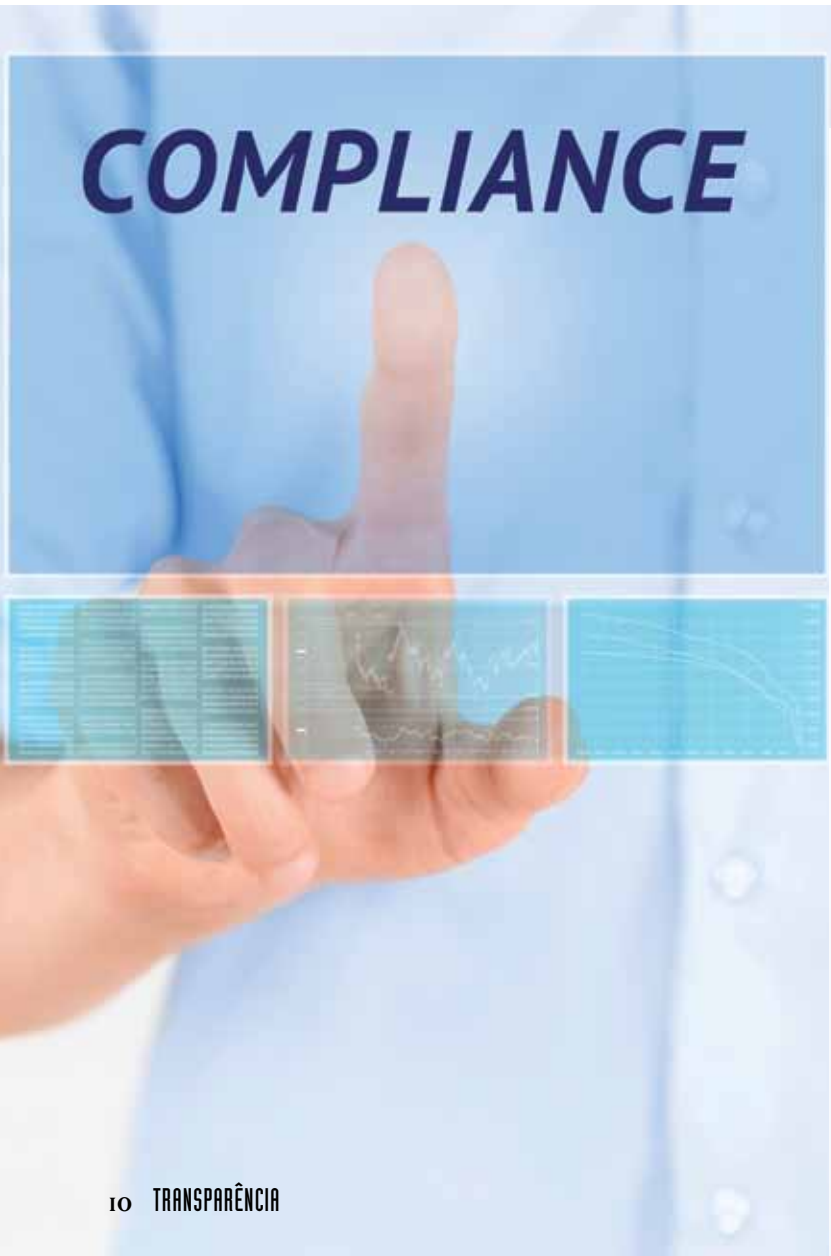
O Ibracon e o CFC são grandes defensores da convergência internacional de contabilidade e auditoria para a criação de um cenário contábil uniforme. Ambos têm feito a conexão e a troca de informações com a Ifac e outras organizações internacionais, aumentando a consciência e compreensão das normas internacionais entre as FAPMP.

O que podemos esperar de sua palestra na 4ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon?

É uma grande honra ser convidado para falar sobre a profissão contábil no Brasil. Além de discutir as iniciativas da Ifac, que fazem uma grande diferença para as FAPMP, eu estou ansioso para compartilhar os melhores caminhos e técnicas nas áreas de práticas de gestão e de provisão para non *audit assurance* e serviços de consultoria empresarial para as PMEs. Também pretendo ouvir e aprender sobre o setor no Brasil e levar essas informações de volta para o Comitê das Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes da Ifac.

Pente fino nas empresas

LEI ANTICORRUPÇÃO EXIGE POSICIONAMENTO PROATIVO DOS GESTORES E PROGRAMAS DE PREVENÇÃO



A Lei n° 12.846/2013, que entrou em vigor no dia 29 de janeiro, já movimentou o empresariado que busca atualizar e refazer suas políticas internas, além de criar novos mecanismos de controle contra fraudes. *Compliance* é a palavra de ordem no mercado.

As empresas de auditoria e consultoria colaboram com ferramentas modernas de controle de informações que não apenas analisam dados estruturados como buscam sinais de fraude em e-mails, mídias sociais e outros canais de comunicação. Os contratos, agora, contam com uma nova cláusula que, em caso de suspeita, dá direito à auditoria nos prestadores de serviços.

A preocupação não é exagerada. Caso seja comprovado qualquer ato ilícito relacionado à administração pública, direta ou indireta, nacional ou estrangeira, a multa aplicada pode variar entre R$ 6 mil e R$ 60 milhões, havendo até a possibilidade de a empresa ser fechada. Não será necessário sequer demonstrar que o grupo ou seus dirigentes estavam envolvidos, nem mesmo que sabiam da existência da irregularidade. O poder público quer um posicionamento proativo da empresa e, por isso, passa diretamente a ela a responsabilidade sobre seus funcionários e parceiros de negócios.

Anatoliy Babiy/Thinkstock

Mudando o jeito de fazer negócios

Desde o ano passado, quando as discussões sobre a lei anticorrupção ganharam destaque, as companhias aumentaram seu nível de preocupação com programas de integridade e prevenção a fraudes.

Muitas companhias de capital aberto já contam com programas de *compliance* (código de ética e procedimentos internos definidos pela própria empresa) anteriores à lei e, agora, precisam revisá-los. "As empresas devem avaliar se suas estruturas conseguem capturar e antecipar os novos requisitos da lei. Se a conclusão for negativa, é necessário rever e melhorar seus códigos de ética, canais de denúncias e outros *gaps*. Ainda que nem todos os riscos de fraude sejam eliminados, eles serão minimizados a patamares aceitáveis", esclarece Ronaldo Fragoso, sócio da área de Consultoria e líder para as Soluções de Riscos Empresariais da Deloitte.

O valor da multa varia de 0,1% a 20% do faturamento bruto do último exercício, anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos. Caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de R$ 6 mil a R$ 60 milhões e, dependendo do caso, a empresa corre até o risco de ser fechada.

A lei prevê que a existência de uma estrutura interna de prevenção ao delito atenua a pena. Mas a grande questão é o

Arquivo Ibracon

PIERPAOLO BOTTINI

Divulgação

RONALDO FRAGOSO

que o Governo vai considerar como um programa interno bom, capaz de reduzir a pena. Quais serão os elementos desse programa? Segundo Pierpaolo Bottini, advogado e professor da Universidade de São Paulo, essa questão será definida na regulamentação da lei.

"Uma vez que tanto a União como os Estados e municípios podem aplicar uma multa que vai de 0,1% a 20% do faturamento bruto da empresa, é preciso haver critérios de aplicação da penalidade, para evitar arbitrariedade e exageros. Esse regulamento vai estabelecer alguns parâmetros para essa multa", explica Bottini. "As instituições de controle do Estado, tais como Ministério Público, Controladorias, Tribunais de Contas e Poder Judiciário, estão prontas para atuar e punir o uso indevido dos instrumentos previstos na lei", acrescenta Sérgio Seabra, secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção da CGU.

Ele adianta que a CGU pretende elaborar um guia para orientar os agentes públicos de diferentes órgãos federais que farão a análise de programas de integridade das empresas. "Ao mesmo tempo, o manual servirá de diretriz para as companhias quanto aos requisitos que serão observados na análise dos programas de integridade e, mesmo, para ajudá-las na implementação de seus programas", comenta Seabra.

Além do apoio da CGU e do Ministério Público, as empresas de auditoria e consultoria, instituições de ensino e associações vêm organizando seminários sobre práticas anticorrupção, *compliance* e governança corporativa. "Existem alguns grupos e associações congregando profissionais da área para gerar conteúdo técnico. Entretanto, um desafio associado a isso é a busca por profissionais tecnicamente qualificados, o que ainda falta no mercado. Formar esses novos profissionais também será um desafio para as faculdades", detalha José Francisco Compagno, sócio-líder da área de Investigação de Fraudes da EY.

Ele ressalta que a classe precisa incluir o tema *compliance* na grade de assuntos de interesse. "Já que todas as operações e números passam pelo profissional, ele pode transformar-se em uma ferramenta muito importante nesse processo de blindagem a fraudes", acredita.

Fragoso lembra que os Estados Unidos implementaram uma legislação equivalente à nossa lei anticorrupção em 1977, com o Foreign Corrupt Practices Act (FCPA). Por isso, as principais firmas de auditoria já têm *know how* próprio. "Ajudamos organizações a entender quais são seus pontos vulneráveis, por onde começar a ajustar o processo e a mapear um caminho mais rápido de adequação para que, pelo menos, os aspectos mais críticos sejam detectados", diz.

Prevenção passo a passo

- Avaliação de risco
- Revisão do código de ética
- Treinamentos específicos para as áreas de acordo com o risco potencial
- Estabelecer um canal de comunicação/denúncias
- Monitoramento

Divulgação

JOSÉ FRANCISCO COMPAGNO

Divulgação

SÉRGIO SEABRA

Por onde começar

A implantação de uma estrutura de *compliance* começa com a elaboração de um código de ética e passa por algumas etapas. "É preciso identificar as áreas de risco, desenvolver treinamentos específicos para tentar mitigar problemas, comunicar e monitorar adequadamente seus funcionários e colaboradores no mundo inteiro", diz Cláudio Peixoto, diretor da área de Serviços Forenses da KPMG no Brasil.

Em um cenário em que a tecnologia também beneficia o fraudador, o monitoramento de dados é o maior dos desafios. "O fraudador é inteligente e seu objetivo é não deixar rastro. A empresa também precisa adotar novas ferramentas, para detectar se um determinado executivo está trocando informações para direcionar os resultados de uma licitação em *e-mails*, arquivos de Word, Excel e, inclusive, em PDFs. É possível converter para texto uma nota fiscal que foi digitalizada e colocar alertas para monitorar determinadas expressões", explica Antonio Gesteira, diretor da área de Serviços Forenses da KPMG no Brasil.

Outra recomendação é que a empresa coloque em seus contratos cláusulas de direito de auditoria e monitore a atividade de seus terceiros. "A primeira linha de monitoramento é a de reputação, em que a empresa pesquisa o que a mídia fala sobre seu prestador de serviços. A segunda linha está relacionada aos procedimentos. Ao contatar um terceiro, é importante exigir que ele tenha um código de ética, que pratique treinamentos com seus funcionários e tenha mecanismos de combate à fraude e à corrupção. E a terceira linha de defesa é exercer a cláusula contratual que permite aos auditores visitarem esse prestador de serviços para ver se há algum problema", diz Peixoto.

Com todas as precauções, ainda é possível que a empresa identifique atos de corrupção. Nesses casos, a lei incentiva a denúncia de irregularidades como atenuante da pena, mas continua a responsabilizar a companhia. O artigo 17, por exemplo, prevê acordo de leniência em relação às penas da Lei n° 8.666, mas não daquelas constantes na própria lei anticorrupção. "O governo quer que a empresa ouça pessoas, colha documentos, junte evidências e o ajude a identificar e punir o autor daquele ato de corrupção. O que faz todo sentido. O problema é fazer tudo isso e, ainda assim, ser multada. Isso desestimula ações mais contundentes. A lei deveria prever a extinção de pena nesse caso, como acontece em outros países", expõe Bottini. Para ele, nem todas as empresas se sentirão incentivadas a colaborar com as investigações.

CLÁUDIO PEIXOTO E ANTONIO GESTEIRA

É RECOMENDÁVEL QUE CONTRATOS COM TERCEIROS TENHAM CLÁUSULAS DE AUDITORIA

> *Art. 17. A administração pública poderá também celebrar acordo de leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de ilícitos previstos na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, com vistas à isenção ou atenuação das sanções administrativas estabelecidas em seus arts. 86 a 88. Trecho da Lei n°12.846/2013.*

Peixoto finaliza alertando que a conscientização da alta administração é um dos grandes desafios para o sucesso dos programas de *compliance*, principalmente porque a cultura da empresa é passada dos gestores para a operação. "Com a aplicação da lei, as empresas vão perceber que não é mais possível fazer negócios pagando propina. Naturalmente, surgirão alguns questionamentos, como 'meu concorrente continua pagando propina, qual será minha postura nesse mercado a partir de agora?'. Mas é preciso tomar a decisão de não pagar propina e denunciar os concorrentes, pois o mercado precisa se autorregular", afirma.

"A lei tem um potencial muito grande para prevenir a corrupção e mudar o modo de fazer negócios no Brasil", conclui Seabra.

Soma de esforços pode gerar mudanças

Leonardo Lopes, sócio da PwC Brasil, destaca que as companhias devem implementar rotinas e controles internos para elevar o grau de conhecimento dos executivos, funcionários e terceiros que atuam em seu nome quanto ao risco de corrupção, orientá-los sobre o que é certo e o que é errado, e as sanções aplicáveis a eles, individualmente, e à empresa no caso de desvios de conduta. "Tais atividades devem ser documentadas para que se possa demonstrar sua operação e eficácia", afirma.

Para ele, apesar de implementados internamente, esses programas impactam toda a sociedade e o mercado, uma vez que elevam o padrão de conduta dos muitos elos da cadeia de negócios. "A soma dos esforços de cada empresa tem um poder muito grande de gerar mudanças, o que considero um movimento sem volta. No médio prazo, as companhias que não seguirem esse movimento serão, natural e gradualmente, eliminadas do mercado. As demais evitarão fazer negócios com elas", acredita Lopes.

Em sua análise, a auditoria interna tem um papel relevante nos programas de integridade corporativa, pois pode contribuir na identificação e reporte de riscos ao gestor de *compliance*.

"A auditoria externa, por sua vez, ajuda a revisar a estrutura implementada para verificar sua efetividade, inclusive

Divulgação

ALFREDO FERREIRA MARQUES

Divulgação/PwC

LEONARDO LOPES

dos trabalhos da auditoria interna. Também pode ser uma parte independente na avaliação de determinados aspectos relacionados ao programa de *compliance*, conduzindo *workshops* para orientação de executivos e funcionários sobre os requerimentos da lei, realizando *due diligences,* investigações independentes, revisão independente de transações de alto risco, e teste independente de controles internos.

Alfredo Ferreira Marques Filho, sócio na BDO Auditores, enfatiza um ponto importante para a prevenção da corrupção. " Um dos primeiros atos para a adaptação à lei deve ser a conscientização das equipes. É absolutamente fundamental que a empresa faça treinamentos com os funcionários, em todos os escalões, para o conhecimento da lei e de suas consequências", aconselha. Ele também lembra que os cuidados valem para companhias de todos os portes, inclusive pequenas e médias.

"Todas as empresas, independentemente do tamanho, devem mapear suas operações e relacionamentos, nacionais e internacionais, e identificar quais são os controles. É essencial conhecer todos os relacionamentos e fazer um bom mapeamento para identificar os controles, os pagamentos, a emissão de alvarás, os despachos aduaneiros e até as licitações, revendo todos os contratos de bens e serviços", conclui.

Alinhamento internacional

"O Brasil avançou muito no combate à corrupção, mas ainda há uma lacuna que precisa ser coberta. Isso demanda mudanças na legislação, para que aumente o número de empresas que contam com auditoria independente".

A afirmação é do diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon, Carlos Sousa. Para ele, o principal fator de estímulo à corrupção é a impunidade. "Quando se deparam com uma situação de suborno, os funcionários sentem que não serão punidos", explica Sousa, que representou o Ibracon no encontro realizado para avaliar a implementação, no Brasil, da Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais. A Convenção define as obrigações de governos, empresas, contadores públicos, advogados e sociedade civil dos 34 países signatários do acordo.

A avaliação encontra-se em sua terceira fase e a equipe que esteve em São Paulo, em maio, era formada por representantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Colômbia e Portugal, que são países avaliadores.

Segundo Sousa, os representantes da OCDE fizeram perguntas aos auditores e sócios de firmas de auditoria presentes sobre como o Brasil tem se preparado para enfrentar a corrupção, em particular as firmas de contabilidade e de auditoria.

"Fiquei com a impressão de que há a percepção de que as empresas brasileiras não são devidamente reguladas por

Arquivo Ibracon

CARLOS SOUSA, AO CENTRO, REPRESENTA IBRACON NA REUNIÃO COM A OCDE

órgãos externos para a manutenção dos registros contábeis. E também de que a maior parte das companhias não dispõe de controles contra a corrupção e de que não há previsão de punição", conta o diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon.

Para ele, a Lei n° 12.683/2012, que torna mais eficiente a penalização dos crimes de lavagem de dinheiro, e a recém-editada lei anticorrupção (n° 12.846/2013), que permite a punição das pessoas jurídicas envolvidas em atos de corrupção contra a administração pública nacional ou estrangeira, são dois exemplos de que o Brasil tem evoluído no combate e prevenção da corrupção.

Sousa finaliza defendendo a implementação de processos de cultura nas empresas, de modo a coibir a corrupção de maneira efetiva. "É preciso criar mecanismos a partir da decisão da alta administração das corporações", assegura.

A avaliação abordou, ainda, temas como declarações normativas, diretrizes, diretivas e capacitação de contadores e auditores; crime de contabilidade fraudulenta; auditoria, incluindo quantidade e tipo de empresas que estão obrigadas a se submeter à auditoria externa; e auditoria de programas de controle interno, ética e *compliance*.

Também participaram do encontro Marco Aurelio Fuchida, superintendente geral do Ibracon; João Alfredo Souza, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); Madson Gusmão, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e Arício Fortes, do Banco Central.

Desafios da formação contábil

Wilma Temin

Fernanda Balieiro

Nunca antes o mercado de trabalho em contabilidade e auditoria independente esteve tão aquecido no Brasil, impulsionado pelos bons ventos econômicos da última década – que já não estão tão fortes, mas continuam sendo bem canalizados pela ação do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

As firmas do setor contratam milhares de *trainees* todos os anos. E diferentes indicadores registram a valorização salarial dos profissionais. No entanto, a baixa aprovação dos recém-formados no Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), ano após ano, dá uma ideia do tamanho do desafio que as áreas de Recursos Humanos das firmas, pequenas ou grandes, enfrentam para selecionar, contratar e treinar pessoal com qualidade para atender à demanda adicional por bons profissionais. No 2º Exame de Suficiência de 2013, por exemplo, 36.833 candidatos fizeram a prova, mas apenas 15.891, ou 43,14%, foram aprovados.

Em parte, o céu de brigadeiro que se desenhava com a expansão econômica foi parcialmente nublado por um outro evento muito relevante e altamente positivo, em seu conjunto, para o setor: a revolução da contabilidade e auditoria no Brasil promovida pela convergência às normas internacionais. Ao mesmo tempo em que ajudou a valorizar a atividade e abriu horizontes mais amplos para os profissionais, a convergência elevou muito a demanda por qualificação.

POR QUE AS UNIVERSIDADES NÃO SUPREM A DEMANDA POR JOVENS PROFISSIONAIS QUALIFICADOS?

Em um mundo ideal, as universidades já estariam preparadas para essa virada na profissão, investiriam em estrutura e no time de educadores. Os alunos sairiam das faculdades com noções de economia, política, finanças, idiomas, além de melhor bagagem cultural. Mas a realidade é outra. Assim como todos os segmentos produtivos, o setor de contabilidade e auditoria também tropeçou na má qualidade do ensino no País.

Ciência da interpretação

A convergência às normas internacionais (IFRS) significou o rompimento da contabilidade cheia de regras memorizadas e a adoção de um sistema no qual o aluno (futuro contador ou auditor) entende a informação contábil a partir da interpretação de transações econômicas. Esse tem sido o calcanhar de aquiles da formação superior em Ciências Contábeis.

Se, antes, as diretrizes curriculares eram engessadas, hoje elas não possuem nem mesmo lista de matérias, mas um conjunto de princípios e habilidades esperados do curso. Para compor essas diretrizes, o Conselho Nacional de Educação (CNE) mescla conteúdo técnico, prático e dá ênfase aos conhecimentos gerais, como, por exemplo, o domínio de línguas.

"Com as novas diretrizes, há mais liberdade para as universidades estruturarem seus cursos, o que apresenta vantagens e desvantagens. Pois, ao mesmo tempo em que há mais espaço para inovações e soluções criativas, evidentemente, há risco de um ou outro curso se desviar. Felizmente, não temos observado isso", diz Reynaldo Fernandes, conselheiro da Câmara de Educação Superior do CNE.

Segundo os especialistas, a fragilidade da educação superior em contabilidade não está na grade curricular, mas no preparo dos docentes. "O problema é que o professor, em qualquer conteúdo curricular, sempre dará o que sabe. O número de professores com pós-graduação no Brasil ainda é extremamente pequeno", comenta Eliseu Martins, professor emérito da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP).

FIRMAS DE AUDITORIA PAGAM A CONTA, INVESTINDO EM TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

Ed Guimarães

REYNALDO FERNANDES

Ed Guimarães

ELISEU MARTINS

O presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho, concorda: "A graduação ainda carece de maior aprofundamento no conhecimento dos nossos professores". Uma das iniciativas do CFC é o projeto Encontro de Coordenadores de Cursos de Ciências Contábeis, que reúne coordenadores das instituições de todo o País para debater formas de renovar o ensino no Brasil.

O professor Eliseu Martins aponta, ainda, que o aumento no número de professores em tempo integral elevou a disponibilidade dos acadêmicos, principalmente, nas universidades federais e em algumas estaduais. Agora, eles podem fazer mestrado e doutorado ou, pelo menos, uma especialização.

"O problema é que nosso sistema universitário não é inteligente e impede que tais professores exerçam atividades práticas, mesmo que parcial. No caso de muitas universidades estrangeiras, é exigido ou estimulado que o professor dê consultoria ou faça algum trabalho prático nos períodos em que não há aula. O modelo brasileiro, infelizmente, está formando professores academicamente melhor preparados, mas sem nenhuma experiência prática. Isso é melhor do que o que tínhamos, mas ainda é muito pouco perto do que precisamos", avalia Martins.

Guillermo Braunbeck, gerente de projetos educacionais do Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (The International Accounting Standards Board, Iasb), também destaca a relevância da qualificação do professor na formação dos novos contadores. Para ele, os docentes precisam fixar nos alunos a capacidade de pensar sistemicamente, entender relações de causa e efeito, objetivos e meios para atingir objetivos.

Divulgação

GUILLERMO BRAUNBECK

O NÚMERO DE PROFESSORES COM PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL AINDA É MUITO REDUZIDO

Grau de dificuldade

Quanto ao Exame de Suficiência, o presidente do CFC não vê necessidade de alterar seu grau de dificuldade. "O que queremos, como fator de proteção à sociedade, é que o candidato detenha um grau de conhecimento que seja adequado ao início de sua atuação profissional. Não temos a intenção de dificultar a inserção dos mesmos no mercado de trabalho", diz José Martonio.

A consulta à norma durante as provas é bastante discutida no meio acadêmico, já que, mais relevante que a memorização de requerimentos, é a capacidade de compreensão e aplicação de conceitos. "Não é a memória do requerimento específico que vai fazer diferença, mas entender e ser capaz de julgar as situações em que aquele requerimento cabe para determinada transação ou evento econômico", expõe Braunbeck.

Tiago Santos

JOSÉ MARTONIO ALVES COELHO

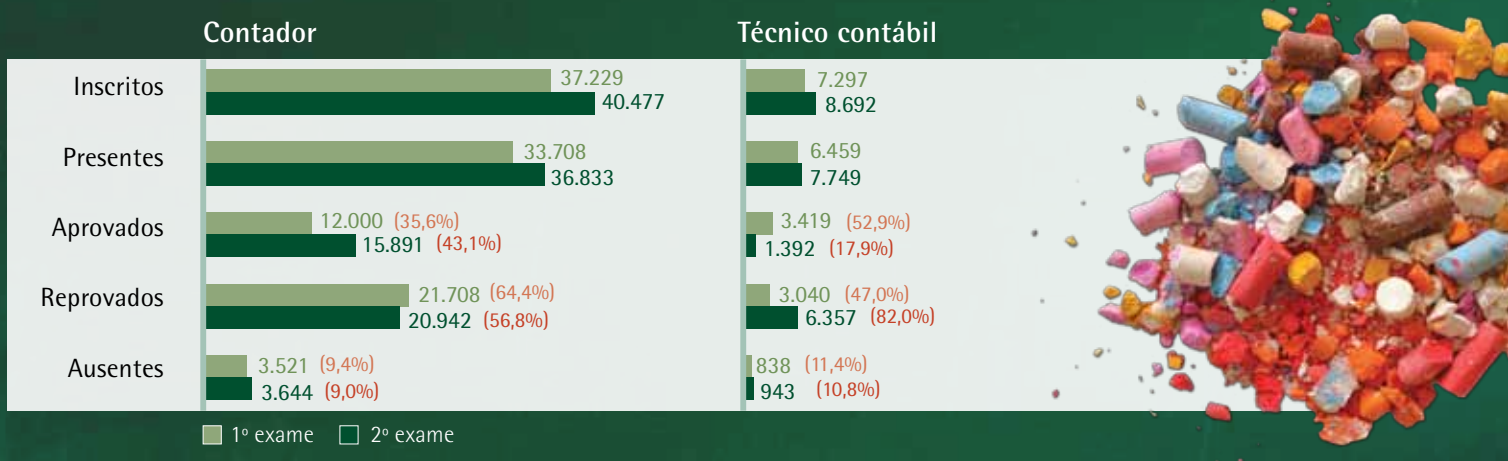
"Em minha opinião pessoal, que não reflete, necessariamente, as visões e opiniões do Iasb ou da Fundação IFRS, o desafio principal é o professor não deixar que o aluno saia da universidade com a percepção de que o mesmo fenômeno econômico poderia ter cinco respostas diferentes. Várias respostas sempre existem, mas há aquela mais adequada. Muita gente termina o curso com a impressão de que IFRS é um cenário contábil em que praticamente qualquer coisa está valendo. E não é verdade. Isso só vai acontecer se você estiver com seus fundamentos muito fracos", diz Braunbeck.

O professor Eliseu Martins também destaca que muitas instituições, de gabarito equivalente ao das mais bem conceituadas no mundo, convivem com faculdades que quase não investem em seus cursos e nos profissionais. "As escolas públicas contam com melhor estrutura e oferecem maior estabilidade aos professores. Nas particulares, infelizmente, a estrutura e os investimentos na melhoria da qualidade docente são muito reduzidos, quase inexistentes", diz Martins. Segundo ele, nessas, a maior parte dos professores precisa desenvolver-se por conta própria. Desvalorizados, eles não sabem como atrair a atenção dos alunos, que chegam ao ensino superior com deficiência na educação básica e desmotivados diante das dificuldades do curso e percalços da rotina cansativa.

Para Braunbeck, o *gap* entre as melhores e piores faculdades vem sendo reduzido graças às políticas públicas educacionais, somadas às iniciativas das empresas privadas, com o apoio do CFC e do Ibracon, entre outras entidades.

Apesar de apontar os problemas que vê no ensino superior, Eliseu Martins finaliza lembrando que educação é um processo de construção razoavelmente longo. "Sem dúvida ainda é muito baixo o domínio das IFRS por parte do corpo docente como um todo no Brasil, mas é perceptível a evolução. Ninguém tinha a ilusão de que esse domínio se daria da noite para o dia. O mesmo fenômeno ocorreu com a adoção da Lei das S.A., de 1976. Foram muitos anos até ser totalmente bem ensinada", conclui.

Resultado dos Exames de Suficiência de 2013



Ibracon tem curso para professores

INICIATIVA CONTRIBUI PARA MELHORAR A FORMAÇÃO DOS FUTUROS PROFISSIONAIS DE AUDITORIA

Um dos fatores que influenciam de maneira significativa a qualidade da formação dos graduandos em Ciências Contábeis é a atualização dos professores das instituições de ensino superior. Conforme Guillermo Braunbeck, gerente de projetos educacionais do Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (Iasb), o *gap* entre as melhores e piores faculdades não é maior devido a diversas políticas públicas educacionais, entre as quais as implementadas pelo Ibracon.

Uma das iniciativas lideradas pelo Ibracon é o Programa de Capacitação *On-Line* para professores de Ciências Contábeis de todo o Brasil. Financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o projeto é executado pelo Ibracon, tendo a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) como coexecutora, com apoio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de outras entidades parceiras.

"Até o momento, formamos oito turmas que, juntas, totalizam 457 participantes – mas ainda há vagas abertas", explica o presidente do Ibracon, Eduardo Pocetti. O total a ser liberado para o projeto é de US$ 1 milhão, com contrapartidas locais de US$ 1,5 milhão, incluindo recursos financeiros e econômicos. "A aprovação do projeto e a liberação dos recursos do BID são um reconhecimento internacional do trabalho desenvolvido pelo Brasil e revelam que estamos no caminho certo, ocupando posição relevante para a convergência às normas internacionais", comemora o presidente do Ibracon.

Pocetti lembra que o processo de convergência começou em 2006. "Era um trabalho imenso. Então, percebemos que seria necessário apoio e investimento e começamos a discutir com o BID, em 2007, uma linha de financiamento específica do Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin). Antes mesmo da aprovação, demos início a diversas atividades previstas como contrapartida do projeto e o BID está reconhecendo parte disso agora, tanto do ponto de vista de resultados, quanto da aplicação de recursos financeiros e econômicos", finaliza Pocetti.

EDUARDO POCETTI

Inscreva-se

O curso, ministrado integralmente na modalidade de ensino à distância, tem seis módulos:

- Relatórios financeiros
- Ativo
- Obrigações, receitas, contratos de construção e concessões
- Grupos de empresas e instrumentos financeiros
- IFRS para pequena e média empresa
- Normas de auditoria

Veja como se inscrever no Portal do Ibracon, no ícone Projeto BID.

O que os futuros *trainees* querem

PESQUISA INDICA COMO A GERAÇÃO Y PERCEBE A PROFISSÃO DE AUDITOR

Um dos maiores desafios enfrentados pelas firmas de auditoria é atrair novos talentos em quantidade e com a qualidade necessárias para atender ao crescimento do mercado. Para desenhar seus programas de *trainees* de modo a captar a atenção dos universitários ou recém-formados da área de Ciências Contábeis as firmas necessitam do máximo de informação disponível sobre os sonhos e aspirações dos jovens profissionais.

"É comum ouvirmos que os jovens da chamada Geração Y, nascidos entre 1980 e 1994, não se deixam influenciar apenas pelo valor da remuneração, colocando em primeiro plano a qualidade de vida e a satisfação pessoal, por exemplo", explica o professor Cláudio Marques, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Para testar a veracidade dessa afirmação, ele conduziu uma pesquisa com 411 alunos de graduação em Ciências Contábeis, de instituições públicas e privadas. E sua conclusão é que os jovens pesquisados foram influenciados, sim, pelo valor da remuneração.

Nesse contexto, as firmas de auditoria ganham terreno na preferência dos jovens profissionais. E não apenas por oferecerem melhor remuneração. Eles apontam, ainda, vantagens da profissão como oportunidade de aprendizagem de modelos de negócios e rápida ascensão na carreira. "O Brasil tem um dos menores números de auditores em relação à população geral, ficando atrás até mesmo de outros países da América Latina como, por exemplo, a Argentina. E há autores que associam o alto índice de corrupção no Brasil ao fato de sermos um dos países menos auditados do mundo e com grande

Pixland/Thinkstock

JOVENS VALORIZAM OPORTUNIDADE DE RÁPIDA ASCENSÃO PROFISSIONAL

carência de auditores", explica Marques. Ao mesmo tempo, há demanda por mais profissionais de auditoria. "O Brasil figura entre as principais economias globais. As atividades econômicas no País demandarão cada vez mais os serviços de auditoria. Consequentemente, o planejamento da base profissional dessa categoria torna-se imprescindível", diz.

Segundo o professor, a principal contribuição de sua pesquisa é evidenciar a influência do fator remuneração na atração da atividade de auditoria, uma vez que o curso de Ciências Contábeis abre inúmeras possibilidades de carreira para os recém-formados. "A opção por uma área em detrimento das outras geralmente envolve uma infinidade de análises e informações que nem sempre são conhecidas profundamente nem mesmo pelos próprios sujeitos que tomam a decisão", explica.

Marques utilizou, na pesquisa, o modelo de estudo quase-experimental, simulando ofertas de empregos aos participantes em três atividades profissionais: analista financeiro, auditor e consultor. O estudo trabalhou com estudantes do quarto e quinto anos da graduação.

Moodboard/Thinkstock

Arquivo Ibracon

CLÁUDIO MARQUES

Antes de serem informados do valor da remuneração, a auditoria não era a primeira opção para 34% dos entrevistados. No entanto, após saber o salário, a resistência pela auditoria caiu para 8%. "Uma das hipóteses possíveis para a resistência inicial pode ser a falta de conhecimento sobre a realidade do mercado de trabalho e as faixas salariais oferecidas pelas firmas de auditoria", analisa o professor.

Outra descoberta do estudo que interessa diretamente às firmas: os jovens apontaram o que consideram pontos fortes e fracos da carreira de auditor.

Como possíveis motivos para tornar-se um auditor independente, a grande maioria (60%) apontou o fator "aprendizagem de modelos de negócio", seguido da "rápida ascensão profissional" (21%). O fator "curva de crescimento da remuneração" foi percebido por apenas 12% dos respondentes como um motivador.

Entre os motivos para não se tornar um auditor independente, foram citados o "excesso de horas extras", percebido por 36% dos respondentes como desfavorável, e a "remuneração inicial baixa", apontada por 34%.

A tabela de salários utilizada na pesquisa foi elaborada com informações disponibilizadas, em 2013, pela Robert Half Company, especializada em recrutamento.

É preciso planejar

O professor Cláudio Marques realizou a pesquisa para subsidiar sua tese de doutorado, que contou com a orientação do professor Edgard Cornacchione, chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP, e docente da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi).

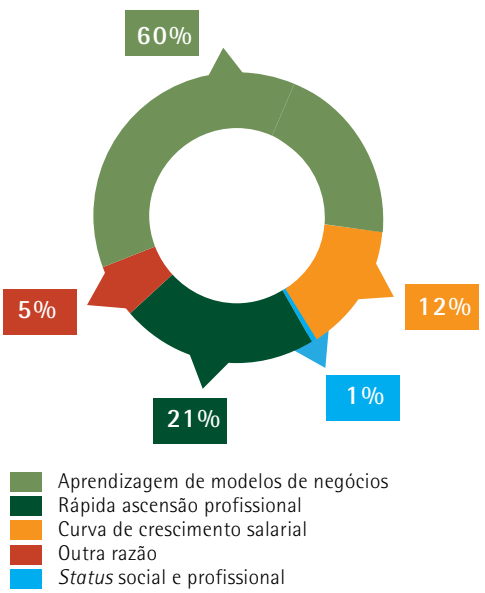
Segundo o estudo, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) registrava em 2012 um total de 423 auditores habilitados (68 pessoas físicas e 355 pessoas jurídicas). "Considerando que as pessoas jurídicas contam com vários auditores e responsáveis técnicos, a quantidade de participantes atinge 854 indivíduos", reflete o professor Marques.

"A realidade brasileira é de um mercado de capitais ativo e com perspectivas de crescimento, o que eleva a demanda por auditoria e a exigência de requisitos para a entrada na profissão, como os exames de suficiência e de qualificação técnica e a educação continuada para manter-se na atividade, aumentando ainda mais as barreiras de entrada na profissão", argumenta o professor Cláudio Marques.

Segundo ele, esse contexto demonstra claramente a necessidade de planejar a oferta de profissionais qualificados para o mercado, o que passa, obrigatoriamente, pela atração dos novos candidatos. "É imprescindível pesquisar não somente os fatores que mantêm as pessoas nas organizações, mas, principalmente, os que atraem um profissional para seu ambiente de trabalho, que motivam sua escolha para aquela atividade", diz Marques.

Para ele, as organizações que realizam um melhor trabalho de atração, desenvolvimento e retenção de talentos ganham mais do que participação do mercado de talentos. Elas elevam seu desempenho e sua vantagem competitiva. Ele cita como exemplos de estratégias para atrair jovens talentos as ações do Instituto de Contadores Públicos Certificados norte-americano (AICPA), que mantém um *website* para estudantes de ensino médio. Nele, os interessados na profissão podem simular o seu futuro como um contador público certificado (CPA) e conhecer parceiros e outros programas que expõem a riqueza da carreira.

Motivos para tornar-se um auditor



Motivos para não se tornar um auditor

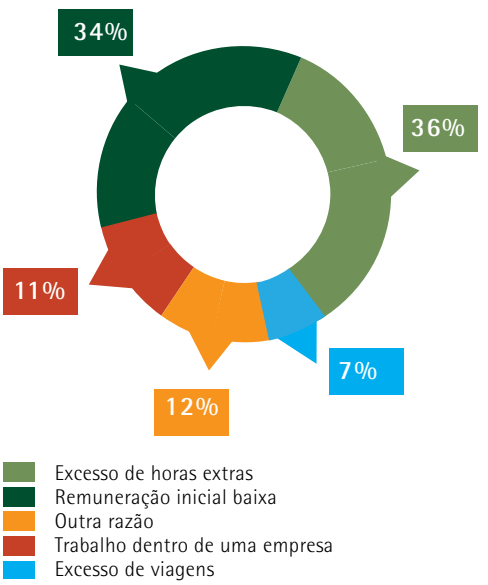


Tabela de salários

tempo	auditor (R$)	analista financeiro (R$)	consultor contábil (R$)
0 a 2 anos	3.500 a 6.000	2.500 a 4.000	2.500 a 4.500
3 a 5 anos	4.000 a 7.000	3.500 a 6.500	3.500 a 7.500
6 a 9 anos	5.500 a 9.000	3.500 a 6.500	4.000 a 9.000

O novo contador

PESQUISA TRAÇA PERFIL DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE E MOSTRA QUE 62% QUEREM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CONTINUADA PARA TODOS

O *Perfil do Profissional da Contabilidade 2012/2013*, estudo patrocinado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), traz importante acréscimo para a discussão da formação e educação continuada dos contadores. A pesquisa foi elaborada pelos professores Ricardo Lopes Cardoso, da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Faculdade Getúlio Vargas e da Faculdade de Administração e Finanças da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e André Carlos Busanelli de Aquino, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

O estudo mapeou os aspectos socioeconômico, profissional, cultural, político-classista, além da percepção dos participantes sobre o ambiente de trabalho, o Sistema CFC/CRCs e os desafios da área contábil. O questionário eletrônico foi respondido por 12.544 profissionais.

De acordo com o professor Cardoso, os temas mais importantes levantados no novo perfil, em comparação às edições anteriores, de 1996 e 2009, são os relacionados ao ambiente profissional. Tendo como ponto de partida a mudança no cenário contábil, com a convergência às IFRS e a regulamentação do Exame de Suficiência, a classe percebeu a necessidade de mais investimento em capacitação. "Minha leitura das respostas é que o mercado atribuiu um peso muito positivo a esses movimentos. Tanto é que os respondentes sugerem que a educação continuada seja exigida de todos, não só dos auditores, como um fator crucial de sucesso", esclarece o pesquisador.

Além da falta de valorização pela sociedade (76,4%), as constantes mudanças na legislação (76,8%) e a burocracia dos órgãos públicos (78,6%), a carência de cursos e treinamentos de alta qualidade a preço acessível é um dos desafios apontados na pesquisa por 70% dos profissionais respondentes de Minas Gerais e nos Estados das regiões Norte, Nordeste (exceto Ceará, Pernambuco e Tocantins) e Centro-Oeste (exceto Goiás).

A maior parte dos respondentes (56,1%) tem no máximo curso de bacharel (em Ciências Contábeis ou em qualquer outra área). Apenas 0,6% dos respondentes é doutor (em qualquer área) e 5,1% é mestre (em qualquer área). A comparação desses dados com os resultados de 2009 mostra um incremento na qualificação dos contadores. Naquele ano, apenas 0,2% dos profissionais tinham titulação de doutor e apenas 1,6% eram mestres.

Quanto à eventual necessidade de adaptação dos currículos das universidades, o professor explica que a graduação não vai suprir todo o conhecimento necessário para o profissional. Para ele, a educação cada vez mais precisa ser encarada como um investimento de longo prazo. "Como ninguém vai saber auditar uma demonstração contábil se não souber como ela foi elaborada, não podemos tirar a ênfase da elaboração no ensino da contabilidade. Mas é preciso repensar o ensino da análise que, mais do que cálculos, deve ser um processo mais reflexivo e interpretativo", explica.

A pesquisa também aponta aumento na demanda de registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), um indício do desenvolvimento da função. Destacam-se os Estados de Roraima (22,7%), São Paulo (18,1%), Alagoas (18%) e Tocantins (17,9%) com as maiores proporções de auditores com o CNAI entre os respondentes do questionário.

Divulgação

RICARDO LOPES CARDOSO

Cardoso também associa ao tema educação a queixa dos entrevistados de queda na remuneração nos últimos dois anos. Os técnicos em contabilidade (44,7%) reclamaram mais que os contadores (32,2%). "Isso reitera o senso comum de pesquisas na área de carreira profissional e educação. Quanto maior o nível de educação formal maior tende a ser a renda do profissional", diz.

Pouca participação

Apesar de 82,1% dos respondentes afirmarem que a representação política é fundamental para a classe contábil, menos de 5% deles efetivamente ocupam algum cargo eletivo em entidade de classe contábil. "Em uma primeira leitura, talvez isso ajude a entender porque o Brasil envia tão poucas cartas comentários ao Iasb nos processos de *exposure draft* ou o motivo de tão poucos profissionais da contabilidade se envolverem na discussão com o Congresso sobre alterações em algumas leis. Hoje, o ensino da contabilidade não é muito suscetível a sugerir um envolvimento profissional nesse sentido", lamenta o professor.

A pesquisa também avaliou o grau de conhecimento dos profissionais quanto às atribuições do Sistema CFC/CRCs, tema de cinco perguntas para as quais os respondentes poderiam marcar uma entre quatro respostas, como "essa atribuição compete: ao CFC, aos CRCs, a ambos, a nenhum deles". 49,2% dos participantes acertaram pelo menos quatro questões (com destaque para o Distrito Federal, onde 68,4% acertaram quatro ou cinco questões).

Em compensação, 12,3% dos participantes acertaram no máximo uma questão. "O CFC está trabalhando em uma ferramenta de informação, buscando principalmente os novos profissionais, para mostrar o que é o Sistema CFC/CRCs, seus direitos e obrigações, de modo a inseri-los no mundo profissional com todas as informações possíveis", afirma José Martonio.

Outros resultados da pesquisa:

- para **50,6%** dos respondentes, aumentou a oferta de emprego para profissionais da contabilidade nos últimos dois anos
- **53,4%** avaliam que a adoção das normas internacionais impõe significativo aumento de custos às organizações contábeis
- **62%** consideram que o CFC deve exigir a educação continuada de todos os profissionais da contabilidade (não só dos auditores)
- **66,7%** discordam que a atuação do profissional da contabilidade é ameaçada por NFe, Sped e afins
- **61,9%** discordam que as PMEs já estão aptas a adotar as IFRS (NBC TG 1000)

Onde acessar

A pesquisa completa pode ser visualizada no site do CFC: www.portalcfc.org.br/biblioteca/edicoes.

Revisão das normas de educação termina em 2015

As alterações no ambiente regulatório global foram bastante significativas nos últimos anos, com a padronização das normas de contabilidade e auditoria em diversos países, a exemplo do Brasil. Para fazer frente à demanda por atualização e educação continuada gerada por esse novo ambiente, o Iaesb (International Accounting Education Standards Board) vem promovendo, desde 2009, a revisão das normas internacionais de educação.

"O International Education Standards (IES) é um projeto de revisão das oito normas de Educação Continuada, que agora se encontra em sua fase final. A revisão procurou organizar melhor a disposição e as orientações contidas nas normas sobre competência técnica, habilidades, valores profissionais, éticos e atitudes dos profissionais da contabilidade. A expectativa é de que todas as alterações estejam em vigor a partir do segundo semestre de 2015", explica Fábio Moraes da Costa, membro do Grupo Consultivo do Iaesb e professor do Programa de Mestrado Profissional em Ciências Contábeis da Fucape Business School.

Ele garante que, ao final do processo, a revisão das IES vai garantir uma aplicação coerente de cada norma, reduzindo eventuais ambiguidades. "O Iaesb não prevê o desenvolvimento de novas normas de educação, mas pretende identificar as áreas que necessitam de orientação na adoção e implementação das mesmas", antecipa.

A última norma em revisão é a IES 8 – P*rofessional Competence for Engagement Partners Responsible for Audits of Financial Statements*. Ela trata das competências necessárias aos profissionais responsáveis pela auditoria de demonstrações contábeis. O período para envio de comentários na audiência pública se encerrou no dia 17 de abril e a publicação da versão final da norma é esperada para o quarto trimestre deste ano.

O Iaesb é um dos quatro *boards* da International Federation of Accountants (Ifac), formado por 18 membros com direito a voto. Além disso, conta com observadores externos, entre os quais um representante da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, e um Grupo Consultivo que é ouvido no processo de elaboração das normas. O professor Fábio Costa integra esse grupo, como conselheiro, desde 2010. O Grupo Consultivo também é formalmente consultado para as discussões com membros do *board*.

"Trabalho com os interesses e as características do Brasil e da América do Sul nas discussões sobre novos pronunciamentos", explica o professor. "Procuro contribuir com uma visão sul-americana para as discussões, representando as especificidades da região do ponto de vista educacional e também de desenvolvimento econômico", afirma ele. "Em uma análise preliminar, o Brasil atende plenamente algumas dessas normas e parcialmente a outras. Espera-se que, ao longo do tempo, alterações sejam promovidas no sentido de ampliar o atendimento aos pronunciamentos do Iaesb, principalmente no âmbito de atuação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A nossa evolução como profissionais depende das iniciativas relacionadas à educação contábil no País. Contadores melhor preparados para auxiliar no desenvolvimento econômico ajudam a elevar o prestígio da profissão", diz Costa.

O professor lembra que todas as atividades do Iaesb e do Conselho Consultivo são supervisionadas pelo Public Interest Oversight

Arquivo Ibracon

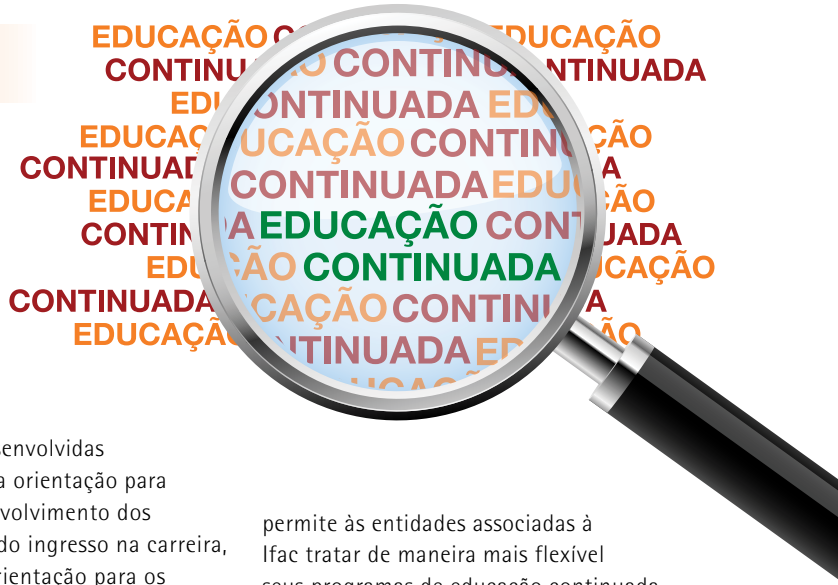
FÁBIO MORAES DA COSTA

Board (Piob), com o objetivo de garantir transparência no processo e para que o foco seja o de sempre atender ao interesse público. "No Brasil, o CFC e o Ibracon são entidades-membro da Ifac e, portanto, comprometem-se a executar ações que promovam a convergência ao que é estabelecido pela entidade", explica Fábio Costa.

Nova filosofia

Segundo Costa, a revisão das normas de educação foi necessária para acompanhar a migração de normas baseadas em regras para uma filosofia baseada em princípios. "Assim, o Iaesb espera atender e respeitar diferenças que existem entre jurisdições, focando suas orientações em alcançar as melhorias desejadas", explica.

O programa de revisão tem como objetivo deixar as normas mais claras; garantir a consistência entre o definido nas normas e os conceitos estabelecidos no *framework*, e esclarecer assuntos que são oriundos



de mudanças no cenário educacional e com base nas experiências de organismos membros da Ifac na implementação das normas.

O ritual da revisão das IES segue o mesmo padrão de todas as normas internacionais: após um processo amplo e transparente de discussão, os *exposures drafts* entram em audiência pública e diversas entidades e indivíduos contribuem com críticas e sugestões de melhoria.

Quanto à forma como está se dando a revisão, ele exemplifica citando a IAS 3, que define que a competência técnica do profissional está dividida em quatro áreas: intelectual, pessoal, de organização e comunicação. "Cada área requer que habilidades específicas sejam adquiridas e desenvolvidas ao longo da carreira. Já em relação aos valores, três áreas são estabelecidas: ceticismo e julgamento profissional, princípios éticos e compromisso com o interesse público", esclarece o professor.

Segundo ele, outro ponto importante é que as normas foram desenvolvidas para estabelecer uma orientação para cada etapa do desenvolvimento dos profissionais. Antes do ingresso na carreira, a IES 1 estabelece orientação para os requisitos mínimos de entrada de um indivíduo em um programa de educação em contabilidade.

Para o desenvolvimento profissional inicial, as IES 2 a 6 estabelecem os critérios que devem nortear os programas de desenvolvimento dos candidatos a contadores. "Essas normas determinam o que se espera de um indivíduo que passará a fazer parte da profissão", complementa Costa.

No âmbito da Educação Continuada, a IES 7 estabelece critérios para que o profissional possa continuar seu desenvolvimento e crescimento ao longo da carreira. "A IES 7 passou a ser baseada em princípios, o que permite às entidades associadas à Ifac tratar de maneira mais flexível seus programas de educação continuada. A IES 7 esclarece que três abordagens poderiam ser utilizadas: a) abordagem baseada em *outputs:* os profissionais deveriam ser capazes de demonstrar como a competência técnica foi desenvolvida e mantida; b) abordagem baseada em *inputs:* consiste no estabelecimento da quantidade de atividades de aprendizagem requerida para o profissional desenvolver e manter sua competência; c) abordagem mista: consiste em elementos tanto da abordagem baseada em *outputs* quanto daquela baseada em *inputs*.

Normas já revisadas

Até o momento, sete IES passaram por revisões

- IES 1, Entry Requirements to Professional Accounting Education Programs (Revised);
- IES 2, Initial Professional Development – Technical Competence (Revised);
- IES 3, Initial Professional Development – Professional Skills (Revised);
- IES 4, Initial Professional Development – Professional Values, Ethics, and Attitudes (Revised);
- IES 5, Initial Professional Development – Practical Experience (Revised);
- IES 6, Initial Professional Development – Assessment of Professional Competence (Revised);
- IES 7, Continuing Professional Development (Redrafted);

O maior evento de contabilidade e auditoria do Brasil

VEM AÍ A 4ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE E AUDITORIA INDEPENDENTE DO IBRACON

O Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil realiza, nos dias 18 e 19 de agosto, a 4ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente que, como todos os anos, conta pontos no Programa de Educação Continuada do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

"O Ibracon tem papel importante na valorização e educação continuada dos profissionais. É extremamente recompensador constatar que, em apenas três anos, formatamos um evento que já ocupa lugar de destaque no panorama da nossa profissão, porque aprofunda o debate de temas essenciais para o mercado e antecipa tendências", afirma Eduardo Pocetti, presidente do Ibracon.

O Instituto espera a participação de centenas de profissionais de todo o Brasil e preparou uma programação especial, com palestrantes nacionais e internacionais de renome. "Ao mesmo tempo em que traz a visão de convidados internacionais sobre o panorama externo e discute o mercado brasileiro de contabilidade e auditoria, a Conferência é um valioso momento para enriquecer o *networking* e estreitar vínculos profissionais ou estabelecer novos relacionamentos", diz.

O evento é uma importante ferramenta de apoio à missão institucional do Ibracon, que há 43 anos tem como objetivo manter a confiança da sociedade na prática da auditoria independente.

A 4ª Conferência do Ibracon conta com o apoio do CFC e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), além do patrocínio da Datev e do Sescon-SP.

Arquivo Ibracon

Eduardo Pocetti

Palavra do presidente

É com prazer que venho convidar você, leitor, a participar da 4ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Considerada o principal evento de auditoria independente, ela já se tornou referência no calendário da classe contábil e empresarial, por debater temas relevantes, antecipando cenários e contribuindo para o desenvolvimento e atualização profissional.

A programação deste ano está muito interessante. Vamos abordar temas importantes, como a responsabilidade do auditor, atualidades das IFRS e o novo relatório do auditor independente, entre outros. O segundo dia está dedicado às firmas de auditoria de pequeno e médio portes (FAPMP).

As inscrições já estão abertas. Espero você lá.

Um abraço

Eduardo Pocetti
Presidente do Ibracon

Dia 18/8/2014 – Segunda-feira

8h	Abertura Eduardo Pocetti, presidente do Ibracon Nacional José Martonio Alves Coelho, presidente do CFC
8h30	Palestra: Cenários e perspectivas da economia
9h30	Intervalo para café
10h	Painel: *Novo relatório do auditor independente* Claudio Longo, coordenador do Comitê de Normas de Auditoria (CNA) do Ibracon Fabian Junqueira Sousa, sócio-diretor da KPMG Valdir Coscodai, do Iaasb (Comitê Internacional de Normas de Auditoria da Ifac) e da CNNT do Ibracon Wanderley Olivetti, coordenador da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon Coordenador: Eduardo Vasconcelos, diretor de Administração e Finanças do Ibracon
11h45	Intervalo para almoço
13h15	Painel: *Limitação de responsabilidade do auditor independente* Ana Novaes, diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) Luiz Leonardo Cantidiano, do escritório Motta, Fernandes Rocha Advogados Nelson Carvalho, prof. na Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi)
15h15	Intervalo para café
15h45	Painel: *Atualidades das IFRS* Amaro Gomes, do International Accounting Standards Board (Iasb) Jose Carlos Bezerra, superintendente de Normas Contábeis da CVM Veronica Souto Maior, vice-presidente Técnica do CFC Coordenador: Idésio Coelho, diretor Técnico do Ibracon
17h30	Coquetel

Arquivo Ibracon

Arquivo Ibracon

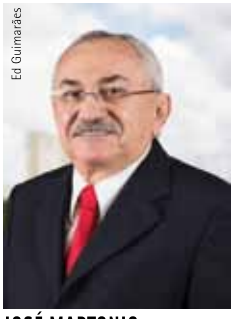
Temas relevantes para a profissão

Um tema bastante caro à profissão é o da responsabilidade do auditor, que foi abordado na 3ª Conferência do Ibracon, realizada em 2013, e volta à cena na edição deste ano. No ano passado, representantes de grandes firmas de auditoria aprofundaram a análise do tema no painel *Perspectivas do mercado de auditoria.* Eles enfatizaram a necessidade de limitação da responsabilidade dos auditores independentes e o peso da regulamentação sobre as firmas de auditoria independente.

Na 4ª Conferência, o assunto será debatido com Ana Novaes, diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o professor Nelson Carvalho, da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), e o advogado Luiz Leonardo Cantidiano, do escritório Motta, Fernandes Rocha Advogados, que participarão do painel *Limitação da responsabilidade do auditor independente.*

Outro tema relevante será tratado no painel *Novo relatório do auditor independente*, que contará com as presenças de Claudio Longo, coordenador do Comitê de Normas de Auditoria (CNA) do Ibracon, Wanderley Olivetti, coordenador da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon, Fabian Junqueira Sousa, sócio-diretor da KPMG, e Valdir Coscodai, do Comitê Internacional de Normas de Auditoria da Ifac e da CNNT do Ibracon. O painel será coordenado por Eduardo Vasconcelos, diretor de Administração e Finanças do Ibracon.

O primeiro dia da 4ª Conferência será encerrado com o painel *Atualidades das IFRS*, com Amaro Gomes, do International Accounting Standards Board (Iasb), José Carlos Bezerra, superintendente de Normas Contábeis da CVM, e Veronica Souto Maior, vice-presidente Técnica do CFC, com coordenação de Idésio Coelho, diretor Técnico do Ibracon.


Ed Guimarães
JOSÉ MARTONIO

Ed Guimarães
CLAUDIO LONGO

Ed Guimarães
VALDIR COSCODAI

Arquivo Ibracon
WANDERLEY OLIVETTI

Arquivo Ibracon
EDUARDO VASCONCELOS

Arquivo Ibracon
ANA NOVAES

Arquivo Ibracon
LUIZ CANTIDIANO

Arquivo Ibracon
NELSON CARVALHO

Arquivo Ibracon
AMARO GOMES

Ed Guimarães
JOSE CARLOS BEZERRA

Ed Guimarães
VERONICA SOUTO MAIOR

Arquivo Ibracon
IDÉSIO COELHO

Dia 19/8/2014 – Terça-feira

8h30	Palestra: Giancarlo Attolini, presidente do Comitê de FAPMP da Ifac Coordenador: Monica Foerster, do Comitê de FAPMP da Ifac e do GT FAPMP do Ibracon
10h	Intervalo para café
10h30	Painel: O desafio na gestão das FAPMP Giancarlo Attolini, presidente do Comitê de FAPMP da Ifac Carlos Sousa, diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon Paulo Cesar R. Peppe, do GT FAPMP do Ibracon Ricardo Rodil, do GT FAPMP do Ibracon Coordenador: Almir Peloi, do GT FAPMP do Ibracon
12h15	Intervalo para almoço
13h45	Painel: Acesso ao mercado pelas FAPMP - Derrubando barreiras Guy Andrade, presidente do Conselho de Administração do Ibracon Representante da Febraban Coordenador: Francisco Sant'Anna, diretor de Comunicação do Ibracon
15h30	Painel: Transparência das PMEs Vânia Borgerth, assessora da presidência do BNDES Antonio Carlos de Castro Palacios, do Conselho de Administração do Ibracon Thomas Brull, da Comissão de Conselho de Administração do IBGC Coordenador: Adriano Roberto Legnari Faria, diretor de FAPMP do Ibracon
17h15	Encerramento

Arquivo Ibracon

GIANCARLO ATTOLINI, EM ENTREVISTA DURANTE A 2ª CONFERÊNCIA DO IBRACON, EM 2012

Destaque para as FAPMP

O segundo dia da 4ª Conferência do Ibracon será dedicado às Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP), com palestras, paineis e debates abrangendo diferentes temas, como gestão e oportunidades de negócios para esse segmento do mercado, transparência para as PMEs e clientes em potencial das firmas de menor porte.

A palestra de abertura será do presidente do Comitê de FAPMP da Federação Internacional dos Contadores (Ifac), Giancarlo Attolini, com coordenação de Monica Foerster, que integra o Comitê de FAPMP da Ifac e o Grupo de Trabalho de FAPMP do Ibracon.

Na sequência, Carlos Sousa, diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon, Paulo Cesar Peppe e Ricardo Rodil, ambos do GT FAPMP, participam do painel *Desafios na gestão das Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes*. Almir Peloi, integrante do GT FAPMP do Ibracon, coordenará os debates.

O penúltino painel, *Acesso ao mercado pelas FAPMP – Derrubando barreiras*, contará com a participação de Guy Andrade, presidente do Conselho de Administração do Ibracon, e de um representante da Febraban, com a coordenação de Francisco Sant'Anna, diretor de Comunicação do Ibracon.

O painel *Transparência das PMEs* reunirá Vânia Borgerth, assessora da presidência do BNDES, Antonio Carlos de Castro Palacios, do Conselho de Administração do Ibracon, Thomas Brull, da Comissão de Conselho de Administração do IBGC, e Adriano Legnari Faria, diretor de FAPMP do Ibracon.

Ed Guimarães
MONICA FOERSTER

Arquivo Ibracon
PAULO CESAR PEPPE

Arquivo Ibracon
RICARDO RODIL

Arquivo Ibracon
ALMIR PELOI

Arquivo Ibracon
GUY ANDRADE

Arquivo Ibracon
FRANCISCO SANT'ANNA

Arquivo Ibracon
VÂNIA BORGERTH

Arquivo Ibracon
ANTONIO PALACIOS

Ed Guimarães
ADRIANO LEGNARI

Proporcionalidade: palavra-chave na auditoria de PMEs

NORMAS DEVEM SER APLICADAS DE MANEIRA PROPORCIONAL AO TAMANHO E À COMPLEXIDADE DAS EMPRESAS DE MENOR PORTE

A adoção das Normas Internacionais de Auditoria (ISA - International Standards on Auditing) no Brasil representou um grande desafio para as Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP). Rebatizadas aqui como Normas Brasileiras de Contabilidade, elas se baseiam no conceito da proporcionalidade.

"Temos percebido que muitos profissionais brasileiros ainda não se deram conta desse conceito e despendem esforços e tempo em pontos nem tão importantes de uma dada auditoria, em vez de focar nos riscos e nos aspectos presentes nessa auditoria", explica Guy Andrade, presidente do Conselho de Administração do Ibracon. Preocupado com essa realidade, ele foi convidado a debater a questão no Grupo de Trabalho FAPMP (GT de Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes), para que seus integrantes ajudem a disseminar esse conhecimento.

"As normas internacionais reconhecem que os procedimentos específicos a serem aplicados para se atingir os objetivos de auditoria e para cumprir os requisitos da norma podem variar consideravelmente, dependendo se a entidade auditada é grande ou pequena e se ela é complexa ou relativamente simples", explica Guy Almeida Andrade. Segundo ele, Arnold Schilder, presidente do Iaasb (International Auditing and

Ed Guimarães

GUY ALMEIDA ANDRADE

Assurance Standards Board), tem sido bastante enfático em que as normas foram projetadas para serem aplicadas de maneira proporcional ao tamanho e à complexidade da entidade.

O Iaasb se pronunciou a esse respeito no documento *Staff Questions and Answers*, com o título *Applying ISA Proportionately with the Size and Complexity of an Entity*, de agosto de 2009, no qual esclareceu várias dúvidas da adoção inicial das normas e chamou a atenção para o fato de que o conceito de proporcionalidade flexibiliza vários aspectos das normas. "Mais recentemente, por meio da

Arquivo Ibracon

ARNOLD SCHILDER

MUITOS PROFISSIONAIS AINDA NÃO CAPTARAM A ESSÊNCIA DA PROPORCIONALIDADE

publicação do documento *Clarified International Standards on Auditing: findings from the post-implementation review,* de julho de 2013, a entidade constatou que esse conceito de proporcionalidade precisava ser melhor conhecido", acrescenta o presidente do Conselho de Administração do Ibracon.

Segundo Guy Andrade, os objetivos do auditor para a auditoria de entidades de diferentes tamanhos e complexidades são os mesmos, mas isso não quer dizer que todas as auditorias serão planejadas e executadas exatamente da mesma forma.

Como exemplo de aplicação do conceito de proporcionalidade ele cita a norma NBC TA 330, que trata da resposta do auditor aos riscos identificados, que orienta para que se avalie e se testem os controles internos.

Essa norma, no entanto, lembra que algumas entidades de pequeno porte podem não possuir muitas atividades de controle para identificação pelo auditor, de modo que os testes substantivos podem ser mais eficazes.

"Na auditoria em ambientes com essas características muito provavelmente não haverá nos papeis de trabalho nenhum teste de controles internos, nem avaliação dos mesmos. Mas essa ausência não significará que a norma foi descumprida", detalha.

Guy Andrade esclarece, ainda, que a NBC TA 200 enfatiza que o auditor deve observar todas as normas "relevantes" para a auditoria, mas lembra que uma norma é relevante para a auditoria quando as "circunstâncias nela tratadas existem na situação específica". Portanto, não existindo a circunstância,

AUDITOR DEVE CONCENTRAR-SE NO QUE É RELEVANTE, DE ACORDO COM SEU JULGAMENTO PROFISSIONAL

a norma não será observada e não há necessidade de se fazer menção a isso.

Quanto à evidenciação, a norma diz que tudo precisa ser documentado, assumindo-se que o que não estiver documentado não foi feito. Mas o parágrafo A7 da NBC TA 230 é claro ao afirmar que não é necessário nem praticável para o auditor documentar "todos" os assuntos considerados ou "todos" os julgamentos profissionais exercidos na auditoria. Isso demonstra bem que o auditor deve concentrar-se naquilo que é relevante.

"É muito importante lembrar, como a própria norma salienta, que a documentação deve permitir que um auditor experiente entenda o que foi feito, ainda que não tenha envolvimento direto com determinada auditoria. Essa afirmação referenda o entendimento de que não há necessidade de justificar, nos papeis de trabalho, porque uma dada norma não foi seguida", diz.

A norma é clara quanto aos objetivos de uma auditoria e determina que o auditor deve aplicar todos os procedimentos que julgar necessários diante dos riscos identificados e do ambiente de controles internos. Isso quer dizer que proporcionalidade não significa atalho ou simplificação, mas, sim, julgamento profissional.

"O julgamento profissional é a experiência que o auditor possui. Decorre de seu conhecimento e vivência. Essa experiência é que vai ajudar o auditor a definir os níveis de relevância, os riscos inerentes às operações e quais os procedimentos que melhor tratam os riscos identificados. Consideramos aqui o conceito de que 'auditoria é auditoria' e, portanto, o auditor precisa estar preparado para auditar a entidade que o contratou", explica.

Revisão externa

"A discussão, enfim, tem o objetivo de mostrar que, para os diferentes ambientes auditados, diferentes enfoques e evidências estarão presentes nas pastas de papeis de trabalho", acrescenta o presidente do Conselho de Administração do Ibracon. Mas, segundo ele, um dos atuais desafios é convencer o Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE) de que seu enfoque quanto às revisões de qualidade está exagerado e penaliza indevidamente as firmas de menor porte.

"A revisão externa do controle de qualidade ou revisão pelos pares é administrada pelo CRE, que determinou uma série de procedimentos sem considerar os clientes das firmas de auditoria", analisa Guy Andrade.

A norma que rege o controle de qualidade interno das firmas de auditoria é a NBC PA 1, segundo a qual o processo de revisão do controle de qualidade do trabalho é elaborado para auditoria de demonstrações contábeis de companhias abertas. Mas as regras do CRE não observam esse detalhe.

"Isso não quer dizer que as firmas não devam cumprir com os requisitos da NBC TA 220, que trata do controle de qualidade dos trabalhos de auditoria. Mas cabe à firma estabelecer regras próprias para determinar quais tipos de trabalhos devem ser objeto da norma NBC PA 1", assegura Guy Andrade.

Além disso, uma vez que apenas as normas relevantes a cada trabalho devem ser observadas, o CRE precisa entender que nem todas as circunstâncias previstas em seu questionário estarão necessariamente presentes nas auditorias objetos da revisão externa de qualidade.

Apesar dessas discordâncias pontuais, Guy Andrade está otimista quanto à obtenção de um consenso. "É um assunto simples e as discussões com o CRE já foram entabuladas com esse objetivo", finaliza.

O GT Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP), mantido pelo Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, tem por objetivo debater e propor soluções para problemas técnicos, profissionais, administrativos, de negócios e outros que dizem respeito às pequenas e médias firmas de auditoria.

O universo da Contabilidade e Auditoria Independente em suas mãos

Comunicação Ibracon

Informações técnicas atualizadas

Participação em Fóruns, Conferências, Palestras e Grupos de Trabalho

Conteúdos exclusivos sobre o mercado e a profissão

Networking

Cursos de Educação Continuada a preços especiais

Fortalecimento e valorização da profissão

Quem pode se associar?

- Estudantes de Ciências Contábeis
- Profissionais da Contabilidade
- Sociedades de Auditoria Independente

Associe-se!

Consulte sua Seção Regional
www.ibracon.com.br

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Auditoria voluntária:

PESQUISA NORUEGUESA APONTA AS CONTRIBUIÇÕES DA AUDITORIA PARA EMPRESAS QUE AINDA NÃO ESTÃO LISTADAS EM BOLSA

Empresas de capital fechado representam 99% de todas as organizações nos Estados Unidos e equivalem a mais de 50% do PIB do setor privado norte-americano. No Reino Unido, elas abrangem mais de 90% das companhias registradas. O panorama é o mesmo no Brasil.

Para avaliar a necessidade de auditoria nesse segmento empresarial e como os demais países tratam a regulamentação das companhias de capital fechado, os professores John Christian Langli e Tobias Svantröm, da BI Norwegian Business School, realizaram a pesquisa *Audits of private firms*. E, com base no estudo, afirmam:

"Apesar de não haver consenso entre os reguladores sobre a necessidade de auditoria nas empresas fechadas, não se pode negar que a governança, o crescimento e o desempenho dessas organizações são essenciais para o crescimento econômico e prosperidade da sociedade em geral. E os auditores podem exercer um papel fundamental como fornecedores ou verificadores de informações financeiras e conselheiros na tomada de decisões".

Para eles, a auditoria voluntária é um primeiro passo para colocar a "casa em ordem", de modo a desenvolver a governança corporativa, iniciar mudanças gerenciais, melhorar a avaliação dos processos internos e a eficiência operacional, além de elevar o nível de atenção às restrições e permissões legais e regulamentares. Procedimentos que podem ou não culminar na abertura de capital.

Para abrir capital, uma empresa precisa obrigatoriamente passar por um processo de auditoria e ter seus dados divulgados. Empresas com ações em Bolsas de Valores são constantemente monitoradas pelo mercado, investidores, agências reguladoras e associados. Para os autores da pesquisa *Audits of private firms*, a diferença de tratamento começa aí. Langli e Svantröm apontam que as empresas não listadas são menos reguladas e funcionam de forma não tão "transparente" (em termos financeiros) por conta da menor exposição às oscilações do mercado, contestações e publicidade.

Quanto à obrigatoriedade ou não da auditoria, os professores noruegueses constataram que em alguns países, como os Estados Unidos e o Japão, as empresas de capital fechado podem operar sem quaisquer exigências legais de divulgar suas declarações financeiras. Na União Europeia, a auditoria é obrigatória para todas as empresas. Entretanto, há a possibilidade de estados-membros do bloco europeu isentarem as menores empresas dessa obrigação.

"No Brasil, há uma decisão judicial de que as grandes empresas limitadas devem passar por auditoria e publicar suas demonstrações, mas elas não publicam nem o

porta para o futuro

Divulgação

ARIOVALDO DOS SANTOS

balanço com o parecer do auditor nem o balanço sem o parecer. É o que eu chamo de desobediência civil", comenta Ariovaldo dos Santos, professor da Universidade de São Paulo e pesquisador da Fipecafi, referindo-se à obrigatoriedade de auditoria independente para sociedades de grande porte prevista na Lei 11.638/2007.

Pelo reduzido número de publicações referentes ao tema e, principalmente, porque o acesso aos dados é um obstáculo em muitos países, os interessados em empresas não listadas em Bolsa geralmente usam como base pesquisas sobre empresas de capital aberto, o que, segundo Langli e Svantröm, seria um modelo inadequado, tendo em vista as peculiaridades de cada negócio.

Eles também apontam que há muita necessidade e espaço para o desenvolvimento de novas teorias e um reforço nas análises de teorias já existentes aplicadas a empresas não listadas e sugerem a ampliação dos mecanismos de pesquisa por meio de bancos, agências de crédito, autoridades fiscais, outras agências governamentais e organizações internacionais. Outras opções seriam a cooperação com firmas de auditoria e órgãos reguladores e a coleta de dados por pesquisas de campo.

"GRANDES EMPRESAS LIMITADAS DEVEM PASSAR POR AUDITORIA E PUBLICAR DEMONSTRAÇÕES"

Pequenos gigantes

O total de empresas não listadas e o valor que geram para a economia são significativos. Segundo os pesquisadores elas representam mais de 99% das companhias nos EUA e equivalem a mais de 50% do PIB do setor privado. No Reino Unido, as empresas de capital fechado representam mais de 90% do mercado e, na Austrália, 99,6%. A Bélgica conta com mais de 250 mil organizações e apenas 150 estão listadas. O estudo também destaca que as PMEs foram responsáveis por 67% do emprego total e 58% do valor agregado bruto da União Europeia em 2012.

Essa grande parcela do mercado apresenta características específicas, como uma gestão concentrada, com vínculos familiares entre CEOs e acionistas ou entre CEOs e membros do conselho. Suas informações financeiras podem ser mais influenciadas por impostos, dividendos e outras questões políticas, como a intenção de transferir a empresa para a próxima geração. Nesse contexto, a auditoria voluntária seria um primeiro passo para colocar a "casa em ordem", útil para desenvolver a governança corporativa, gerando mudanças nas gestões de conduta irregular, melhor avaliação dos processos internos, eficiência operacional, maior consenso sobre restrições e permissões legais e regulamentares, inclusive, para posterior liberação de abertura de capital.

As demonstrações contábeis auditadas permitem o conhecimento da real situação econômico-financeira e patrimonial da companhia, fornecem informações específicas que permitem previsões mais precisas dos fluxos de caixa futuros, reduzem incertezas e impulsionam o crescimento. "A auditoria é fundamental em qualquer organização, seja ela aberta ou fechada, em função da perspectiva que oferece aos seus gestores e sócios de negócios", comenta Madson de Gusmão Vasconcelos, gerente de Normas de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A qualidade da auditoria engloba não apenas as características da organização avaliada, mas também da firma de auditoria, seus serviços e cada um de seus parceiros. Assim, a experiência do auditor entra em questão como um fator de peso para o desenvolvimento de uma organização e três tipos de conhecimento são competências importantes para que esse profissional tenha condições de desenvolver um bom trabalho.

Arquivo Ibracon

MADSON DE GUSMÃO VASCONCELOS

"A AUDITORIA É FUNDAMENTAL EM QUALQUER ORGANIZAÇÃO, ABERTA OU FECHADA"

O primeiro é o conhecimento geral, que equivale à experiência profissional, participação em cursos, seminários e outras atividades de formação. O segundo é o conhecimento específico, a experiência prévia na mesma indústria, pois o domínio no segmento melhora o julgamento do auditor. E o último é o conhecimento específico do cliente, tal como o conhecimento do seu sistema de contabilidade e de sua estrutura de controles internos, o que permite aos auditores vantagens comparativas na detecção de erros, cria uma curva de aprendizagem significativa para os novos auditores e reduz os custos de inicialização de processos, condição especialmente importante na condução de auditorias de empresas não listadas.

Os auditores podem desempenhar um papel analítico das informações financeiras e influenciar até a tomada de decisão na empresa. "O auditor é um consultor de padrões contábeis. É inerente ao trabalho dele examinar se as demonstrações representam a realidade. No momento em que ele detecta um erro, sugere uma correção. O que é diferente de prestar trabalho de consultoria para outras atividades não relacionadas à auditoria, por exemplo, em um planejamento tributário", aponta Vasconcelos.

Auditoria reduz riscos e taxas de juros

A maioria das empresas não listadas precisa de financiamento externo e sua capacidade de levantar capital pode ser limitada. O acesso ao crédito, principalmente em bancos, gera oportunidades de crescimento. De acordo com Paulo Henrique Barbosa Pegas, gerente da área de Crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a certificação das demonstrações contábeis por parte de uma firma de auditoria independente com cadastro na CVM é de extrema importância.

"É possível para uma empresa obter um financiamento direto do BNDES sem ter suas demonstrações contábeis auditadas, mas é colocada uma cláusula no contrato de financiamento exigindo a contratação de auditoria", detalha Pegas. Em outras palavras, a empresa até consegue iniciar o relacionamento com o BNDES sem ter suas demonstrações contábeis auditadas, mas não é possível continuar operando sem realizar a auditoria.

Empresas que voluntariamente contratam auditoria podem obter empréstimos a taxas de juros mais baixas do que aquelas que não possuem o serviço. "O banco não está só pensando na taxa de juros, mas também avalia o risco que ele corre ao conceder o empréstimo. Tal risco diminui com um balanço auditado. Isso certamente reflete no custo de captação do recurso, seja na forma de ações seja na forma de empréstimo de um banco e a empresa acaba tendo um risco menor no componente da taxa que vai ser cobrada", explica o professor Ariovaldo dos Santos.

BNDES/Divulgação

PAULO HENRIQUE BARBOSA PEGAS

"AUDITORIA BEM FEITA TRAZ VANTAGEM TRIPLA PARA AS ORGANIZAÇÕES"

Pegas explica que o BNDES elabora classificação de risco para fins de atribuição de *rating* de empresas e grupos econômicos postulantes a financiamentos ou que já integram a carteira de crédito do banco. A análise contempla aspectos quantitativos, com base nas demonstrações contábeis apresentadas, aspectos qualitativos, como análise de mercado, estratégia geral e financeira, aspectos operacionais, além de organização e governança.

"Uma auditoria bem feita traz vantagem tripla para as organizações: são um auxílio relevante para a gestão da empresa em relação ao conhecimento da sua real situação econômico-financeira e patrimonial; maior confiabilidade do analista em relação aos números apresentados no balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis; e permitem melhor avaliação dos aspectos qualitativos, já que o item governança corporativa tem como um dos seus pilares a certificação, garantindo que os números representam a real situação da empresa", conclui o gerente da área de Crédito do BNDES.

pingos e respingos

Posse de Conselho

O presidente da Nacional, Eduardo Pocetti, e outros representantes do Ibracon prestigiaram a posse das novas diretorias dos Conselhos Regionais de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC-RS), São Paulo (CRC-SP) e Minas Gerais (CRC-MG). Antonio Carlos de Castro Palácios, do Conselho de Administração do Instituto, assumiu a presidência do CRC-RS; Claudio Filippi, ex-presidente da 5ª Regional, gestão 1990/1992, é o novo presidente do CRC-SP; e Marco Aurelio Cunha de Almeida, presidente da 4ª Regional, assumiu a presidência do CRC-MG.

Fórum de Educação Continuada

A 5ª Regional do Ibracon e o Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRC-SP) se uniram para promover o Fórum de Educação Continuada, com foco nas recentes mudanças da NBC PA 12. A abertura do encontro ficou a cargo de Adelino Dias Pinho, presidente da 5ª Regional, e Claudio Avelino Mac-Knight Filippi, presidente do CRC-SP.

Arquivo Ibracon

Nelmir Rosas (CRC -SP), coordenador da Comissão de Educação Profissional Continuada; José Valentina (CRC-SP); Zulmir Breda (CFC); Renato Postal (5ª Regional do Ibracon); Madson Gusmão (CVM); e Jorge Cunha, vice-coordenador da Comissão

Agenda política para 2014

A Fenacon – Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas lançou, em abril, sua Agenda Política e Legislativa 2014. Mário Berti, presidente da Fenacon, entregou a Agenda ao presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor de Serviços, o deputado federal Laércio Oliveira (SDD/SE). E explicou que ela contém as "angústias e necessidades da classe empresarial sobre o futuro da economia". O documento trata da reforma tributária, projetos de aperfeiçoamento da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e pede a atualização das legislações trabalhista e sindical. O presidente da Nacional, Eduardo Pocetti, participou do evento, na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Na Febraban

Arquivo Ibracon

Pocetti e Murilo Portugal Filho, na Febraban

O presidente do Ibracon, Eduardo Pocetti, foi recebido por Murilo Portugal Filho, presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Eles discutiram a possibilidade de desenvolvimento de projetos em conjunto, para o fortalecimento da profissão do auditor independente e, em especial, das Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP). "Os interesses são comuns e os bancos precisam de informações de qualidade para a concessão de crédito", destacou Portugal que também enfatizou a importância de as duas entidades manterem encontros frequentes, para ampliar o relacionamento político-institucional.

Contas aprovadas

Os associados do Ibracon aprovaram em Assembleia Geral Nacional Ordinária as Demonstrações Contábeis do exercício de 2013, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. O presidente Eduardo Pocetti agradeceu a confiança de todos em sua gestão e garantiu a continuidade dos projetos iniciados em 2013, "sempre com o intuito de fortalecer a profissão". Os presentes receberam um exemplar do Relatório de Gestão 2013, que faz um retrospecto dos trabalhos desenvolvidos durante o ano passado.

Profissional da Contabilidade

O Ibracon, juntamente com as entidades congraçadas da contabilidade paulista, foi homenageado em sessão solene realizada na Assembleia Legislativa de São Paulo para celebrar o Dia do Profissional da Contabilidade, comemorado em 25 de abril. "O setor contábil é fundamental para o desenvolvimento do País, é ele que dá suporte para o crescimento de todas as empresas", afirmou o deputado estadual Itamar Borges (PMDB), responsável pela convocação da sessão solene.

Pocetti recebe a homenagem do deputado Itamar Borges

Palestra com o governador

A Anefac – Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade promoveu um jantar-palestra com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

Convidado ao evento pelo anfitrião Amador Rodriguez, presidente da Anefac, Eduardo Pocetti compareceu acompanhado de Adelino Dias Pinho e Valdir Campos Costa, respectivamente presidente e diretor da 5ª Regional; e Marco Aurelio Fuchida, superintendente do Instituto.

Valdir Campos, Marco Aurelio Fuchida, Adelino Dias Pinho, Geraldo Alckmin, Eduardo Pocetti e Amador Rodriguez

Profissional da Contabilidade 2

Autoridades e lideranças da classe prestigiaram a comemoração do Dia do Profissional da Contabilidade realizada pelo CRC-SP, entre os quais Ana María Elorrieta, representando o Conselho da Ifac (International Federation of Accountants), Eduardo Pocetti, presidente da Nacional, e Adelino Dias Pinho, presidente da 5ª Regional do Ibracon.

Curso para jornalistas

O Ibracon acaba de realizar mais uma turma do Curso de Contabilidade e Auditoria para Jornalistas, cuja aula inaugural foi ministrada por Bruno Cruz, gerente da PwC. Eduardo Pocetti, presidente da Nacional, participou da abertura do curso e destacou a relevância da iniciativa para o Ibracon e a importância do papel do jornalista para o cumprimento da missão do Instituto em manter a confiança da sociedade na atividade contábil e a relevância da atuação profissional.

Bruno Cruz, PwC, deu a primeira aula do curso

Bate-bola na Bahia

Edmar Sombra Bezerra, presidente da 9ª Regional do Ibracon, participou do Bate-Bola Contábil na Bahia. Com o tema *A Copa do Mundo no Brasil: A abertura de capital dos clubes de futebol brasileiros - uma visão de futuro*, o evento reuniu profissionais e lideranças contábeis do Estado e estudantes de Ciências Contábeis. O debate foi realizado na Arena Itaipava Fonte Nova pela Academia Brasileira de Ciências Contábeis, em parceria com o CRC-BA, o CFC e o Ministério dos Esportes.

Ibracon no Gedec da FGV

O Ibracon agora é membro do Grupo de Estudos em Direito e Contabilidade (Gedec) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ahmed Khatib e Wanderley Olivetti, coordenadores respectivamente da área Técnica e da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT), já participaram como representantes do Instituto da reunião que discutiu a obrigatoriedade das IFRS para sociedades limitadas e sociedades por ações fechadas.

Negócios com ética e sustentabilidade

IBRACON COMPARTILHA SEU CONHECIMENTO PARA MELHORAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Khouwes/thinkstock

A responsabilidade ambiental e social é um tema muito caro ao Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, que contribui com seu conhecimento nas decisões de diferentes conselhos e comitês externos. "Nosso objetivo é colaborar para o desenvolvimento da sociedade e do mercado, contribuindo para a melhoria de pilares importantes para a governança das empresas, como a sustentabilidade e a ética", explica o presidente do Ibracon Eduardo Pocetti.

O próprio Pocetti integra o Conselho Deliberativo do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), da BM&FBovespa, há três anos, ao lado de entidades como a International Finance Corporation (IFC), Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

"O Conselho é formado por 11 entidades e tem como missão criar um ambiente de investimento compatível com os anseios da sociedade por um desenvolvimento sustentável. Também debatemos como estimular a responsabilidade ética das corporações", explica Pocetti.

O ISE é uma ferramenta para análise comparativa da *performance* das empresas listadas na BM&FBovespa pela ótica da sustentabilidade corporativa, que tem como pilares a eficiência econômica, o equilíbrio ambiental, a justiça social e a governança corporativa.

"No Conselho, temos a responsabilidade de avaliar, a cada ano, as empresas que irão compor o ISE, um índice paralelo ao Ibovespa que reflete o desempenho médio das cotações das ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. As empresas listadas no ISE têm metas de sustentabilidade, análise de riscos e governança. O Conselho decide, de acordo com esses critérios, as 50 empresas que vão compor o quadro do ISE durante o ano", acrescenta Pocetti.

Segundo ele, "a classificação feita pelo ISE é importante porque apresenta à sociedade e ao mercado, de forma

Arquivo Ibracon

JORGE ALBERTO DA CUNHA

Arquivo Ibracon

EDUARDO POCETTI

independente, as empresas que têm credibilidade do ponto de vista da sustentabilidade", afirma.

O ex-diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon Jorge Alberto da Cunha Moreira é outro profissional que representa os princípios do Instituto em instâncias externas. Ele integra o Comitê Gestor do Cadastro de Empresas Pró-Ética, da Controladoria Geral da União (CGU), desde sua criação em 2011.

"O Comitê Gestor é a instância responsável por analisar as solicitações de adesão ao Cadastro Pró-Ética. Os conselheiros também deliberam sobre a admissão das empresas e discutem formas de atualizar os requisitos de ingresso no cadastro", explica Cunha, que tem Adelino Dias Pinho, presidente da 5ª Regional do Ibracon, como suplente.

O Comitê é formado por representantes de nove entidades, como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, a Confederação Nacional de Indústrias (CNI), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). "Nossa experiência no ramo de auditoria independente nos permite contribuir com os demais membros da comissão na revisão, sempre que aplicável, do regulamento e do questionário para o cadastro. As empresas cadastradas assumem o compromisso público e voluntário, perante à sociedade e o Governo, de adotar medidas para prevenir e combater a corrupção, em favor da ética e da integridade nos seus negócios", finaliza Cunha.

EDUARDO POCETTI: "NOSSO OBJETIVO É COLABORAR PARA O DESENVOLVIMENTO"

Ed Guimarães

De *trainee* a vice-presidente do CFC

CONHEÇA VERÔNICA SOUTO MAIOR, QUE COMEÇOU A TRABALHAR COM CONTABILIDADE ANTES MESMO DE SE FORMAR. E MANTÉM ATÉ HOJE SEU "CASO DE AMOR PELA PROFISSÃO"

Vice-presidente Técnica do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Verônica Souto Maior entrou na área contábil por acaso. Nascida em Recife (PE) e criada até os 15 anos em Aliança, uma cidadezinha do interior pernambucano, ela pretendia prestar vestibular para o concorrido curso de Ciências da Computação. Mas foi desestimulada pela orientadora pedagógica do colégio público onde estudava. A opção pelas Ciências Contábeis foi influenciada pela descrição de contabilidade feita por uma amiga, cuja mãe era auditora.

"Quando me decidi pela contabilidade um dos meus irmãos, que hoje é engenheiro, indagou: 'Contábeis? Um subcurso?'. Hoje, ele diz que não se lembra desse episódio", brinca. Diante do sucesso profissional da irmã, é melhor esquecer mesmo.

Verônica iniciou a carreira aos 19 anos, como *trainee* em uma empresa de auditoria independente, enquanto cursava o quarto período da graduação. Dois anos depois de concluir a faculdade, aos 23 anos, ela passou a ser colega de departamento de seus antigos professores na Universidade Federal de Pernambuco. Com apenas 24 anos, se tornou Mestre em Contabilidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

Hoje, aos 45, ela acumula uma bagagem invejável. Continua seu trabalho como docente e, na Vice-presidência Técnica do CFC, participou de momentos decisivos para a modernização da contabilidade e da auditoria no Brasil. De onde vem a energia para dar conta de tantas responsabilidades? "Do amor pela profissão", responde Verônica.

Fora do eixo Rio-São Paulo

Voltar ao Recife para consolidar a carreira sempre esteve nos planos de Verônica Souto Maior. "Essa decisão teve como lastro a convicção de que é possível (pode ser mais difícil, mas é possível) obter maturidade e êxito profissional fora do eixo Rio-São Paulo", explica. Após a conclusão do mestrado, mesmo com propostas profissionais para permanecer no Rio de Janeiro, Verônica decidiu voltar à terra natal, onde foi "descoberta" pelo CFC.

Em 1994, ela foi indicada pelo Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (CRC-PE) para participar de uma entrevista ao *Jornal do Commercio* com profissionais de destaque no Estado. A reportagem repercutiu no Conselho Federal e Verônica passou a ser convidada a realizar palestras

nos eventos do sistema CFC/CRCs. A seguir, foi chamada a integrar o CRC-PE, onde atuou como conselheira por dois anos, até renunciar para ingressar no CFC.

Desde então, ela participou em inúmeros projetos relevantes, como a convergência das normas brasileiras de contabilidade e de auditoria ao padrão internacional, "com forte preocupação para a adoção consistente em todo o Brasil e por todas as empresas". E atua na disseminação e adoção da contabilidade patrimonial pelo setor público, "com atenção para a consolidação da implementação das 11 NBC TSP emitidas pelo CFC", e na adoção da NBC TG 1000, que trata da contabilidade para pequenas e médias empresas. Como vice-presidente do CFC, Verônica também define o posicionamento técnico do Conselho nos organismos regionais e internacionais.

"Eu fui me envolvendo tanto que, por meio de recondução de mandatos sucessivos, estou na área Técnica do CFC, representando Pernambuco, há 15 anos", explica, resumindo a carreira longeva como "um caso de amor pela profissão".

Outra paixão de Verônica é a docência. Professora da Universidade Federal de Pernambuco há 22 anos, ela ensina as disciplinas de Contabilidade Intermediária, Contabilidade Societária e Tópicos Contemporâneos em Contabilidade. E ministra aulas em cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização), tanto na Federal de Pernambuco quanto em outras universidades.

Ed Guimarães

Recado ao jovens

Com experiência prática de mercado e visão acadêmica, Verônica observa que a maioria dos jovens que busca a área de contabilidade não está preparada para entrar no ambiente profissional. Ela aponta como causas do despreparo a deficiência da educação básica, o tradicional modelo de ensino brasileiro – "aulas em forma de monólogos, sem interação e participação dos alunos, que se mostram passivos e com postura descompromissada" – e a falta de melhor qualificação dos professores frente ao processo de convergência do ordenamento contábil brasileiro aos padrões internacionais.

"O ambiente socioeconômico evoluiu, tornou-se global e, como consequência, mais complexo. A contabilidade é a área de conhecimento que captura, interpreta, registra e comunica informações sobre os eventos econômicos ocorridos e realizados pelos diversos agentes de mercado que atuam nesse ambiente. Com esse escopo, não há como escapar a uma maior demanda por atualização", analisa.

Nesse cenário em que as exigências profissionais estão maiores, Verônica sempre alerta seus alunos da Federal de Pernambuco. "Eu os provoco para que se conscientizem de que é preciso estudar, estudar muito e estudar sempre. Não tem como ser um profissional reconhecido e valorizado no mercado, se não for competente. E isso implica, necessariamente, estudo", conclui.

O agrobrasileiro e o mundo

O ano de 2013 terminou ratificando os grandes números da agropecuária e do agronegócio brasileiro no conjunto da economia nacional.

De fato, o PIB do País cresceu 2,3%, considerado por muitos como pífio, embora maior que o norte-americano, o europeu e o japonês. No entanto, esse pequeno crescimento só não foi menor porque a agropecuária cresceu 7%, bem mais que a indústria (1,3%) e os serviços (2%).

Outro número espetacular foi o das exportações: nesse caso, o saldo comercial do agronegócio todo foi de 83 bilhões de dólares em 2013, enquanto o do Brasil – incluindo o agronegócio – foi de apenas 2,3 bilhões. Isso significa que, se não fosse o agro, o déficit comercial brasileiro seria superior a 80 bilhões de dólares. Somados aos déficits dos anos anteriores, esses números deixariam o País em extrema fragilidade, inclusive quanto às decantadas reservas cambiais.

Em 2013, o agronegócio exportou quase 100 bilhões de dólares, mais do triplo de há dez anos, mesmo considerando que metade deste período foi vivido sob o fantasma da crise financeira de 2008, que varreu o planeta todo: pois o agronegócio brasileiro continuou crescendo e conquistando mercados, mesmo quando o cenário mundial esfriava.

Tal fenômeno se deveu basicamente à determinação dos produtores rurais brasileiros que encararam as dificuldades incorporando a boa tecnologia tropical gerada em nossos órgãos públicos de pesquisa, universidades e empresas privadas.

Os números são impressionantes: em 20 anos a área plantada com grãos no País cresceu 41% e a produção se expandiu 223%! Um espetacular aumento de produtividade por hectare, o que permitiu preservar mais de 65 milhões de hectares de matas, florestas e cerrados. Não foi diferente com as carnes, as florestas plantadas, etc.

Com isso, o Brasil vem cumprindo um notável papel na histórica missão de ajudar o mundo todo a reduzir a fome, ampliando a segurança alimentar, além de produzir fibras e energia de forma competitiva exemplar.

E podemos seguir ampliando nossa produção ainda muito mais, porque temos terra disponível, a maravilhosa tecnologia tropical sustentável e produtores profissionais e modernos.

FALTA UMA ESTRATÉGIA DE GOVERNO PARA O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Mas, infelizmente, falta uma estratégia do tamanho desse grande setor e de sua contribuição, uma vez que gera 30% dos empregos totais do País, representando 23% do seu PIB.

Falta uma estratégia, com políticas públicas que contemplem a dramática questão da logística e infraestrutura para escoamento das volumosas e crescentes safras.

Falta uma política de renda, com maior atuação do seguro rural, instrumento moderno de estabilidade da atividade produtiva, largamente usado em países desenvolvidos.

Falta modernizar o crédito rural, falta investir para valer em defesa

sanitária, faltam mais recursos para desenvolvimento tecnológico, falta modernizar velhos instrumentos legais, enfim, falta uma estratégia.

Felizmente, alguns movimentos vêm sendo feitos pelo Governo nessa direção, ainda poucos, mas promissores. As concessões para rodovias no final do ano passado, a lei dos portos, o vasto crédito para armazenagem, as promessas de concessão para ferrovias são uma luz no fim do túnel. Túnel ainda longo, muito longo, luz pequena, mas é um avanço.

E a grande notícia é que os três candidatos à Presidência da República, pela primeira vez desde que me lembro (e estou nisso há mais de 50 anos), procuraram as lideranças rurais do País em busca de propostas para o agro a serem colocadas em seus planos de Governo.

Aleluia!

Temos de aproveitar isso. E estamos trabalhando: um grupo técnico ligado à Academia Nacional de Agricultura e ao Centro de Agronegócio (GVAgro) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com apoio da OCB, da Abag, da SRB, do Cosag e a promessa de participação da CNA, já está elaborando um borrador que será submetido, nos próximos meses, a todas as entidades representativas das diversas cadeias produtivas do agronegócio brasileiro. E, uma vez obtido um sonhado consenso, o plano será entregue aos candidatos, com o pedido de que se posicionem quanto a cada um dos pontos definidos.

Após conhecer essas posições, os atores do agronegócio brasileiro poderão escolher o candidato que se comprometer com as principais prioridades estabelecidas.

Mãos à obra: o mundo precisa do agrobrasileiro.

Divulgação

EX-MINISTRO DA AGRICULTURA, ROBERTO RODRIGUES É COORDENADOR DO CENTRO DE AGRONEGÓCIO DA FGV (GVAGRO), EMBAIXADOR ESPECIAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO) PARA AS COOPERATIVAS E PRESIDENTE DA ACADEMIA NACIONAL DE AGRICULTURA

Recomendação do Ibracon sobre a lei anticorrupção

O Ibracon emitiu uma recomendação aos associados para observação da lei anticorrupção, cuja multa pode chegar a 20% do faturamento bruto da empresa ou de até R$ 60 milhões (se não for possível utilizar o critério do faturamento bruto). Judicialmente, a administração pública pode ajuizar ações requerendo o perdimento de bens, direitos ou valores de modo a ressarcir o erário público na proporção das vantagens obtidas. Há, ainda, o risco de suspensão ou interdição parcial das atividades da empresa e, nos casos mais graves, dissolução compulsória da pessoa jurídica. A adoção de mecanismos internos para coibir essa prática pode ser considerada como atenuante para a empresa.

Conglomerado prudencial

O Ibracon também emitiu o CT 04/2014 para orientar os auditores independentes sobre a exigência dos trabalhos de auditoria e emissão de relatórios de auditoria sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, a que se refere a Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 31 de outubro de 2013, e regulamentações complementares.

Laudo de avaliação

Foi emitido pelo Ibracon o CT 03/2014 (R1) que trata dos padrões técnicos e profissionais a serem observados pelo auditor independente, nomeado como perito ou como empresa especializada para a emissão de laudo de avaliação dos ativos líquidos a valor contábil ou dos ativos líquidos contábeis ajustados a preços de mercado. Esses laudos são destinados a apoiar processos de incorporação, cisão ou fusão de entidades, de reestruturações societárias, de retirada ou ingresso de sócios, de encerramento de atividades, operações específicas previstas em lei ou norma de órgãos reguladores.

ISA 720 (revisão)

Está em audiência pública a ISA 720 (revisada), que trata das responsabilidades do auditor com respeito a outras informações que acompanham as demonstrações contábeis. O esforço de trabalho (requisitos) exigido para a leitura das outras informações permanece como a questão central. Na nova proposição, esses requisitos buscam refletir um equilíbrio entre o desejo dos órgãos reguladores e representantes dos investidores de obter mais valor com as atividades do auditor. Adicionalmente, busca evitar a criação de expectativas que podem não ser atendidas ou, ainda, a ampliação do trabalho do auditor para o que deveria ser, em essência, um novo e separado trabalho de asseguração (ISAE 3000). O prazo para envio de comentários se encerra em 18 de julho.

A íntegra dos documentos está no portal www.ibracon.com.br

PROCURA-SE

★ **Os trabalhos mais relevantes sobre** ★

A importância das normas internacionais de contabilidade e auditoria para o Brasil

RECOMPENSA

★ **Uma viagem internacional** ★

Jornalistas e Estudantes de Ciências Contábeis, inscrevam-se!

4º Prêmio Transparência
Jornalismo
www.ibracon.com.br/premiojornalismo

4º Prêmio Transparência
Universitário
www.ibracon.com.br/premiouniversitario

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

www.ibracon.com.br

Comunicação Ibracon

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

Nacional
Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar
01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP
Fone/Fax: 55 (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br

Seções Regionais

1ª Seção
Rua Azevedo Bolão, 28
60450-675, Fortaleza, Ceará
Fone/fax: (85) 3065-1099
ibraconprimeira@yahoo.com.br

2ª Seção
Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405
51111-030, Recife, PE
Fone: (81) 3327-1174/ (81) 3327-1175
ibraconsegunda@smartsat.com.br

3ª Seção
Av. Passos, 101, cj 504
20051-040, Rio de Janeiro, RJ
Fone/Fax: (21) 2233-5833,
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357
ibraconterceira@ibraconterceira.com.br

4ª Seção
Rua Santa Catarina, 1630, sl. 104/105
30170-081, Belo Horizonte, MG
Fone: (31) 3275-3070
ibraconquarta@ibracon.com.br

5ª Seção
Rua Maestro Cardim, 1170,
8º e 9º andares
01323-001, São Paulo, SP
Fone: (11) 3372-1223
ibraconquinta@ibracon.com.br

6ª Seção
Rua dos Andradas, 718, cj. 402
90020-004, Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3228-3140
ibraconsexta@ibracon.com.br

9ª Seção
Rua Methódio Coelho, 91
Ed. Prado Empresarial, sl. 607
40279-120, Salvador, BA
Fone: (71) 3353-2126
ibraconnona@ibracon.com.br